

EUROPA

O maior parceiro comercial do Brasil

2021

Anuário Eurocâmaras - CAE



EUROPA

O maior parceiro comercial do Brasil

2021

Anuário Eurocâmaras – CAE

ÍNDICE

06 / União Europeia

por Ignacio Ybáñez

10 / Eurocâmaras

por Marcos Madureira

13 / Câmara de Mediação e Arbitragem das Eurocâmaras – CAE

por Renato Pacheco e Claudia Bärmann Bernard

16 / Desenvolvendo o potencial econômico do Brasil: Desafios para as políticas econômicas e comerciais

por Jens Matthias Arnold

24 / Brasil, União Europeia e o êxito da décima segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

por Alexandre Guido Lopes Parola e Leonardo Rocha Bento

32 / A pandemia da COVID-19 no Brasil: uma tragédia educacional com graves efeitos de longo prazo sobre a mão-de-obra brasileira

por Emanuela Di Gropello, Juan Diego Alonso e Ildo Lautharte

42 / O Acordo Mercosul-UE como aliado na recuperação econômica e no desenvolvimento sustentável

por Carlos Eduardo Abijaodi (in memoriam) e Fabrizio Panzini

56 / Educação e Produtividade no Brasil e na Região Ibero-Americana

por Raphael Callou

64 / A União Europeia e seus estados membros: Fact Sheets

65 / Alemanha

66 / Áustria

67 / Bélgica

68 / Bulgária

70 / Chipre

71 / Croácia

72 / Dinamarca

73 / Eslováquia

74 / Eslovênia

75 / Espanha

76 / Estônia

77 / Finlândia

78 / França

79 / Grécia

80 / Hungria

81 / Irlanda

82 / Itália

83 / Letônia

84 / Lituânia

85 / Luxemburgo

86 / Malta

87 / Países Baixos

88 / Polônia

90 / Portugal

91 / República Tcheca

92 / Romênia

93 / Suécia

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Alejandro Gomez, Ana Caroline Moraes
e Camila Verbisck

Redação

Parceiros e Instituições convidadas

Criação

Wellinton Lenzi

Fotos

Arquivo Câmara Espanhola

© Cámara Oficial Española de Comercio en Brasil

UNIÃO EUROPEIA

O comércio é uma ferramenta poderosa para afirmar a posição da União Europeia (UE) no mundo e nas instituições internacionais, além de promover a prosperidade econômica e a competitividade da Europa, apoiando um mercado interno dinâmico e uma ação externa assertiva.

O comércio representa quase **43% do PIB da UE**. A UE utiliza **60% das importações** em sua cadeia produtiva. Quanto à força de trabalho, **35 milhões de empregos** na Europa dependem das exportações, e **16 milhões de postos** dependem do investimento estrangeiro. Como resultado do modelo de comércio aberto, a UE é hoje **a maior potência do comércio mundial** de bens e serviços agrícolas e manufaturados, e ocupa o primeiro lugar no que se refere aos investimentos internacionais.

Com uma política comercial comum, a UE possui uma forte ferramenta para

enfrentar novos desafios globais. Hoje, a UE e o mundo enfrentam um contexto de alta incerteza global, que vem aumentando em razão de tensões políticas e geoeconômicas. Essa tendência tem suas raízes em vários fatores.

Primeiramente, o rápido crescimento econômico das economias emergentes, o desenvolvimento tecnológico, as ameaças à segurança e os interesses divergentes desestabilizaram o sistema internacional, minaram o multilateralismo e aumentaram a rivalidade entre os países. Isto levou ao questionamento de organismos como a Organização Mundial do Comércio, a medidas unilaterais de proteção de mercado e ao aumento de barreiras comerciais.

Além disso, a aceleração das mudanças climáticas, juntamente com a perda de biodiversidade e a degradação ambiental, conjugadas com exemplos concretos dos seus efeitos devasta-

dores, levaram ao reconhecimento da transição ambiental como objetivo determinante do nosso tempo. O Pacto Verde Europeu (EU-Green Deal), lançado em dezembro de 2019, é a resposta da Comissão Europeia à emergência climática e aos desafios ambientais. O Pacto está no centro do plano de recuperação econômica da UE e a política comercial deve contribuir para atingir seus objetivos.

A transformação digital é outro fator essencial do desenvolvimento sustentável, mas também um espaço de concorrência e governança multilateral insuficiente. O apoio à transformação digital da Europa é uma prioridade tanto nas políticas internas como externas, incluindo a política comercial.

Por fim, em 2020, a crise da covid-19 que chocou o mundo, expôs algumas vulnerabilidades da UE, mas também destacou suas capacidades. A incerteza gerada pela pandemia salientou a natureza interligada das economias, que precisam de regras internacionais estáveis e previsíveis e de cadeias de valor resilientes. Além disso, a crise tem levado a um aumento significativo do apoio governamental e da participação do Estado na economia, o que é necessário para salvar empresas e proteger os postos de trabalho, mas pode não ser sustentável a longo

prazo e pode, no futuro, gerar novas tensões geoeconômicas.

Esse novo contexto mundial, levou a UE a reformular a orientação da sua política comercial. A comunicação da Comissão Europeia *Revisão da Política Comercial - Uma Política Comercial Aberta, Sustentável e Assertiva*, apresentada no dia 18 de fevereiro de 2021, definiu a estratégia comercial da UE para os próximos anos.

A nova estratégia comercial da UE centra-se em três objetivos fundamentais: (i) apoiar a recuperação e a transformação fundamental da economia do bloco, em consonância com os seus objetivos ambientais e digitais; (ii) definir regras mundiais para uma globalização mais sustentável e justa; e (iii) aumentar a capacidade da UE para defender os seus interesses e fazer valer os seus direitos, inclusive de forma autónoma, sempre que necessário.

Em resposta aos desafios atuais, o plano dá prioridade a uma **reforma profunda da Organização Mundial do Comércio**, incluindo compromissos mundiais em matéria de comércio e de clima, novas regras para o comércio digital, regras reforçadas para combater as distorções da concorrência e o reestabelecimento do sistema de resolução de controvérsias.

Essa nova estratégia reforçará a capacidade do comércio para **apoiar as transições digital e climática** de duas formas. Em primeiro lugar, contribuindo para atingir os objetivos do Pacto Verde Europeu. Em segundo lugar, eliminando os obstáculos injustificados ao comércio na economia digital para colher os benefícios das tecnologias digitais no comércio.

Paralelamente, a UE adotará **uma abordagem mais firme e mais assertiva no que diz respeito à aplicação e execução dos seus acordos comerciais**. Dentro dessa nova abordagem, a nova orientação da política comercial ressalta a importância de se criar condições para a ratificação do Acordo de Associação com o Mercosul.

Para atingir os objetivos da nossa estratégia comercial, **a relação econômica com o Brasil é fundamental**. A UE é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, sendo responsável por 15% do seu comércio total. O Brasil é o décimo segundo maior parceiro comercial da UE, com 1,5% das trocas do bloco (2020). Quanto às relações de investimento, a UE é o maior investidor estrangeiro no Brasil. Em 2020, o estoque de investimento direto da UE no Brasil chegou a 319 bilhões de euros.

Esses números demonstram que **o Bra-**

sil é um parceiro vital para alcançar os objetivos da nova estratégia comercial da UE. Essa relação tem muito potencial e poderá ser expandida amplamente graças ao Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul.

O Acordo irá consolidar a parceria estratégica entre a UE e o Brasil ao nível político e econômico e criar importantes oportunidades de crescimento sustentável para ambas as partes. No contexto pós-covid-19 precisamos, mais do que nunca, de instrumentos como este. O Acordo permitirá que as exportações de bens industriais e agrícolas e as exportações de serviços da UE tenham acesso a um mercado altamente protegido, composto por 260 milhões de pessoas. Em contrapartida, o Mercosul terá acesso a um mercado de 450 milhões de pessoas, que representa quase 20% do comércio mundial. O Acordo impulsionará novos fluxos de investimento estrangeiro direto para o Mercosul e alavancará reformas econômicas que visem melhorar a competitividade internacional e a produtividade.

O Acordo também permitirá criar importantes oportunidades de crescimento sustentável para ambas as partes. Ele se baseia no pressuposto de que o comércio não deve ser realizado em detrimento do meio ambiente, do clima ou das condições de trabalho;

pelo contrário, o intercâmbio comercial deve promover o desenvolvimento sustentável. Para isso, estabelece um conjunto de compromissos ambiciosos nessas áreas. **Esses elementos do Acordo de Associação o tornam um elemento fundamental para a nova estratégia de comércio da UE**, já que permitirá reforçar a capacidade do comércio para apoiar a transição climática, contribuindo para atingir os objetivos do Pacto Verde.

Neste contexto, o papel do setor empresarial é fundamental. Por um lado, a emergência climática e ambiental, e as consequências da pandemia, já impactam negativamente o desenvolvimento normal dos negócios e a estabilidade das empresas. Por outro lado, para atingir os objetivos da nova política comercial e de uma retomada econômica sustentável – e transformar a crise em uma oportunidade – é

necessário trabalhar em parceria e de maneira estratégica com as empresas.

Para isso **precisamos fortalecer o trabalho que a Delegação da União Europeia no Brasil faz em parceria com a Eurocâmaras** e continuar trabalhando conjuntamente para que os objetivos da política comercial, e os benefícios do Acordo de Associação, sejam uma realidade. Esta publicação é uma contribuição que facilita a continuação deste trabalho. Também, nos lembra que a política comercial da UE deve continuar a desempenhar a sua função essencial de facilitar a troca de bens e serviços de modo a criar oportunidades e bem-estar econômico para os cidadãos, os trabalhadores e as empresas, enquanto ajuda a transformar a economia da UE em consonância com as transições ambiental e digital.

Boa leitura!



Ignacio Ybáñez

Embaixador da União Europeia no Brasil

EUROCÂMARAS

O ano de 2020 ficará marcado por uma das maiores crises sanitária e econômica da história da humanidade. Além da brutal e irreparável perda de vidas, as necessárias medidas restritivas adotadas para diminuir a expansão da doença, trouxeram graves consequências sociais.

No Brasil, se as políticas adotadas no campo da saúde geraram grande reação e polêmica, as medidas no campo econômico, tomadas para minimizar as consequências da pandemia, trouxeram inequivocamente resultados positivos. A ação conjunta do governo, sistema financeiro e empresariado, permitiu a rápida implantação de medidas de estímulo, como os incentivos fiscais e tributários, a flexibilização temporária das obrigações trabalhistas, entre outras, que trouxeram alívio para inúmeras empresas, permitindo que se mantivessem em funciona-

mento e evitando um incremento ainda maior no desemprego.

Somadas a essas medidas, o auxílio emergencial aprovado em tempo recorde, contribuiu para que milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade social pudessem enfrentar esse período com o mínimo de dignidade esperado.

Importante destacar o papel das empresas que se somaram ao esforço de combater os efeitos da pandemia, realizando importantes doações, tanto de insumos de saúde, como de alimentos, que minoraram o sofrimento daquelas camadas da população mais necessitada. Sem dúvida, esta crise mostrou o quanto as empresas são importantes, não só em suas atividades produtivas diretas, mas também cumprindo seu papel social. A Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) estima que mais de R\$ 6,8 bilhões foram doados para ações sociais até abril de 2021,

no Brasil, sendo o sistema financeiro o maior contribuinte.

A injeção de recursos na economia pelos Bancos Centrais foi uma tônica na grande maioria dos países. Na União Europeia, programas de recuperação, que somam mais de 750 bilhões de euros, foram adotados e já são sentidos na região e, indiretamente, nos demais países que mantêm relações comerciais com o Bloco.

Nesse contexto é cada vez mais importante que o processo de ratificação do histórico Acordo entre o Mercosul e a União Europeia avance celeremente. O Brasil já tem na UE seu segundo maior parceiro no comércio exterior, ficando atrás somente da China. Em 2020 exportamos US\$ 28,3 bilhões e importamos US\$ 26,8 bilhões. Mas esses números, embora expressivos, são tímidos quando comparamos ao potencial das nossas economias. Temos que aumentar as exportações e as importações, fazer a roda da economia girar mais forte, criar mais empregos e, em consequência, proporcionar mais desenvolvimento e bem-estar social para todos os países.

• A Eurocâmaras

Fundada em 1999 pelos responsáveis das Câmaras de Comércio Europeias

presentes em São Paulo, a Eurocâmaras conta hoje com mais de 5.000 empresas e indústrias europeias no Brasil. É parceira oficial da Eurochambres, que representa câmaras nacionais em 46 países e conta com 2.000 câmaras locais e regionais.

Em 12 de julho de 2019, a Câmara Espanhola assumiu a Presidência da Eurocâmaras, representada pelo seu presidente, Marcos Madureira, que estará à frente da entidade até julho de 2021.

O objetivo da Eurocâmaras é ser a ponte entre o mercado europeu e o brasileiro, buscando articular os interesses econômicos e comerciais das empresas europeias no Brasil e apoiar a diplomacia econômica promovida pela Comunidade Europeia. É a maior rede empresarial europeia no Brasil e principal referência nas relações comerciais do País com o bloco europeu, atuando de maneira multilateral por meio das câmaras bilaterais que a integram.

Para tanto, além de sua atuação junto às demais Câmaras de Comércio dos países membros, busca desenvolver o diálogo com as autoridades brasileiras e europeias para melhorar o clima de negócios e o quadro regulatório aplicado ao comércio exterior e investimentos.

Por fim, a Eurocâmaras apoia iniciati-

vas públicas e privadas que promovem a cooperação empresarial e a transferência de conhecimento e tecnologia, contribuindo tanto para a inclusão de pequenas e médias empresas nas cadeias de valor globais, quanto para a melhoria da competitividade de nossas economias.

Desse modo, o trabalho da Eurocâmaras não traz apenas benefícios tangíveis às empresas e comunidade europeias, mas ajuda a aumentar o valor agregado à economia brasileira e a geração de empregos de qualidade, na medida em que conecta tecnologia e know-how europeus com as necessidades das cadeias de valor do Brasil.

Sobre o Anuário

Esta publicação destina-se a atores públicos e privados, envolvidos no

desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre a UE e a América Latina, e convida-os a coordenar seus esforços e fortalecer a colaboração com a Eurocâmaras para avançar o desenvolvimento de um quadro de relações inter-regionais com base no equilíbrio e complementaridade.

Para esta edição do Anuário Eurocâmaras contamos com representantes de importantes organizações internacionais como articulistas, como Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Organização dos Estados Ibero-americanos(OEI), além da Delegação Brasileira na Organização Mundial do Comércio. Os textos tratam sobre Brasil e União Europeia, suas relações e seu cenário econômico e social, sob vários aspectos.

Marcos Madureira

Presidente da Eurocâmaras Brasil



Câmara de Mediação e Arbitragem das Eurocâmaras – CAE

Após praticamente 25 anos de vigência da Lei de Arbitragem brasileira, promulgada em 1996, e quase 6 anos da Lei de Mediação, promulgada em 2015, falar a respeito dos benefícios da mediação e arbitragem em um país em que centenas de milhares de processos se encontram pendentes de julgamento seria redundante. Controvérsias sempre existirão nos negócios.

Não pela má-fé – como ocorre em alguns casos –, mas porque é natural existirem perspectivas diferentes sobre o mesmo assunto: talvez o contrato não previsse determinadas situações; talvez a situação se alterou profundamente em razão de terceiros fatores. Não importa a razão, a única coisa que parece ser constante na vida é a mudança. E prevê-la é praticamente impossível. Neste momento, surgem reforçadas a arbitragem e a mediação para atenderem esse

importante binômio, controvérsia e mudança. Por sua celeridade, sigilo, maior aprofundamento do conhecimento técnico e transparência entre as partes, além da facilidade de implementá-lo em qualquer jurisdição signatária da Convenção de Nova Iorque de 1958, esses mecanismos atendem, muito rapidamente e com maior nível de satisfação, aquilo que ensejou a sua origem, uma controvérsia que precisa de uma solução para a continuidade ou finalização de um negócio.

Os Estados Unidos e a Europa têm sido os maiores precursores e incentivadores da arbitragem e da mediação, por entenderem que a velocidade dos negócios é inversamente proporcional à prestação da tutela jurisdicional de um Estado, além da falta de instrumental existente para atender as especificidades de cada setor e segmento.

Não poderia a CAE-Eurocâmaras, após seu 20º aniversário (2001-2021), deixar de incentivar uma iniciativa como a presente. Seu histórico na questão da promoção de negócios entre a Europa e todos os países do mundo é sua marca registrada desde o momento de sua criação. E lá se vão duas décadas desde que criamos a Câmara de Mediação e Arbitragem (CAE) da Eurocâmaras, para oferecer a administração de controvérsias, tornando-se um dos mais importantes órgãos do gênero no Brasil e no mundo europeu, com o principal diferencial do elemento cultural comercial de cada uma das Câmaras Bilaterais da Europa. Além disso, a CAE é uma instituição multicultural, com particular interesse nos investidores europeus, em um trabalho muito bem articulado com outras Câmaras de Comércio Bilaterais europeias no Brasil.

Ao disponibilizarmos os meios essenciais para os procedimentos – suporte físico, administrativo e um impressionante corpo de árbitros de altíssimo nível –, asseguramos um compromisso ímpar com a qualidade, integridade, experiência e profissionalismo, fundamentais na resolução de qualquer controvérsia, independentemente do seu tamanho. Nosso objetivo, ao longo dessa construção, é manter, no Brasil,

uma Câmara de nível e qualidade internacional. A tarefa sempre é árdua, porém nosso histórico positivo tem servido de estímulo para manter a excelência como nossa principal marca registrada. A estrada percorrida tem sido enorme. Os desafios, a cada dia, mais intensos e animadores. Tudo isto nos leva a ter uma perspectiva muito otimista sobre o futuro da Arbitragem e Mediação no Brasil.

Aqui cabe uma palavra sobre o Brasil. Vivemos, sem dúvida, uma época ímpar da reafirmação do Estado de Direito, maturidade institucional, igualdade de tratamento e respeito às decisões independentes. Este ano de 2021, é marcado não apenas pela continuidade da crise internacional sem precedentes da pandemia da covid-19, mas também por uma necessária atuação harmoniosa de todas as autoridades públicas, em todos os níveis. Além do necessário funcionamento de todas as instituições democráticas em conjunto também com os agentes do setor privado, seus investidores e organizações, tal como a CAE-EUROCAMARAS, na área jurídica internacional.

Desenvolvimento de vacinas, recuperação econômica, atuação sustentável, planos de privatização, parcerias

público privadas (PPPs), democracia consolidada, segurança jurídica etc. Tantos são os pontos de interesse comum dos investidores europeus e seus parceiros brasileiros que é impossível não reconhecer que estamos agora, após a assinatura em junho de 2019 do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, em uma trajetória irreversível de contínuo progresso e desenvolvimento, em um país cada vez mais integrado ao mundo, que ainda receberá milhares de investimentos. Sem dúvida, um momento histórico para o país.

O futuro da Arbitragem e da Mediação no Brasil, sobretudo com a digitalização dos procedimentos via plataformas virtuais, é brilhante e é necessário garantir estabilidade legal nos negócios internacionais, especialmente à luz do Acordo UE-Mercosul após mais de 20 anos de negociações. Esperamos, com este trabalho, dar continuidade àquilo que sempre acreditamos: mais negócios, mais investimentos e maior segurança jurídica nos relacionamentos comerciais.

Boa leitura!



Renato Pacheco Neto
Presidente da CAE-Eurocâmaras



Claudia Bärmann Bernard
Vice-Presidente da CAE-Eurocâmaras

Desenvolvendo o potencial econômico do Brasil: Desafios para as políticas econômicas e comerciais

> Por Jens Matthias Arnold, economista do Departamento de Economia da OCDE

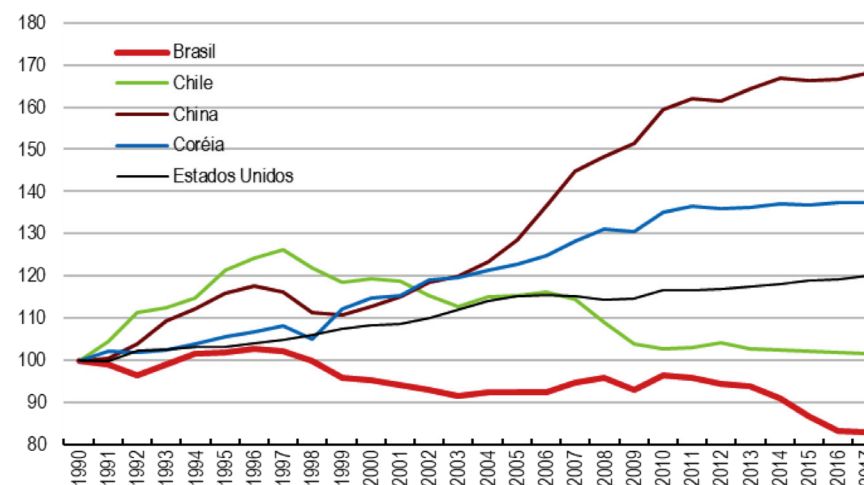
O coronavírus causou muito sofrimento humano no Brasil e desencadeou uma profunda recessão. A necessidade de reativar a atividade econômica depois da pandemia torna mais urgente enfrentar os desafios políticos subjacentes. Nas últimas duas décadas, um forte crescimento, combinado com admirável progresso social, fez do Brasil umas das principais economias do mundo. No entanto, o crescimento, sustentado pela força de trabalho crescente ao longo de muitos anos, diminuirá seu ritmo devido às mudanças demográficas. O impulso demográfico para o crescimento desde o ano 2000 será totalmente revertido nos próximos 25 anos.

Uma forte recuperação da economia exigirá melhorias duradouras nas políticas econômicas para alcançar o potencial do Brasil e melhorar o bem-estar e os padrões de vida. Estas reformas deverão visar a três objetivos: aumentar a produtividade, melhorar a proteção social e a educação para um crescimento mais inclusivo, e uma proteção mais rigorosa dos valiosos ativos naturais do Brasil, para tornar o crescimento mais sustentável.

Aumentar a produtividade

A produtividade, que em última instância impulsiona a prosperidade, precisará se tornar o motor do crescimento, após décadas de estagnação virtual (Figura 1). O desempenho da produtividade tem origem em um ambiente de negócios desfavorável, que aumenta os custos e cerceia o retorno dos investimentos e da inovação.

Figura 1. A estagnação da produtividade enfraquece o crescimento econômico
Crescimento da produtividade total dos fatores, 1990=100



Fonte: Penn World Tables 9.1 (<https://doi.org/10.15141/S50TOR>).

Reformar um sistema tributário fragmentado e complexo

Um elemento chave é o sistema tributário fragmentado brasileiro, que dá origem a um dos custos de cumprimento mais elevados do mundo. Uma empresa de porte médio gasta cerca de 1.500 horas apenas para pagar impostos, em comparação com as 519 horas de um país médio da América do Sul ou 161 horas de um país médio da OCDE¹. Na tributação do consumo, os

seis tributos existentes no Brasil são cobrados em parte pelo governo federal e em parte pelos estados, cada um dos quais aplicando seu próprio código fiscal, base tributária e alíquotas de impostos. As empresas que desejam oferecer mercadorias e serviços em nível nacional devem cumprir as regras fiscais de todos os estados. Os créditos tributários para insumos intermediários são acumulados somente se forem incorporados à mercadoria final

¹ World Bank Group and PwC (2019), Paying Taxes 2020, World Bank, Washington, DC, <https://www.doing-business.org/en/reports/thematic-reports/paying-taxes-2020> (accessed on 12 April 2021).

vendida, resultando em uso intensivo de contadores fiscais e frequentes processos judiciais litigiosos. Uma ampla gama de isenções e regimes especiais reduzem a justiça e o efeito de redistribuição de impostos.

Várias possíveis soluções e propostas estão sendo discutidas para tornar o sistema tributário mais efetivo. Uma solução seria consolidar os diferentes tributos sobre o consumo em um único imposto sobre valor agregado com regras simples – seguindo, por exemplo, o modelo recente da Índia.

Fortalecer a concorrência e melhorar a regulação dos mercados

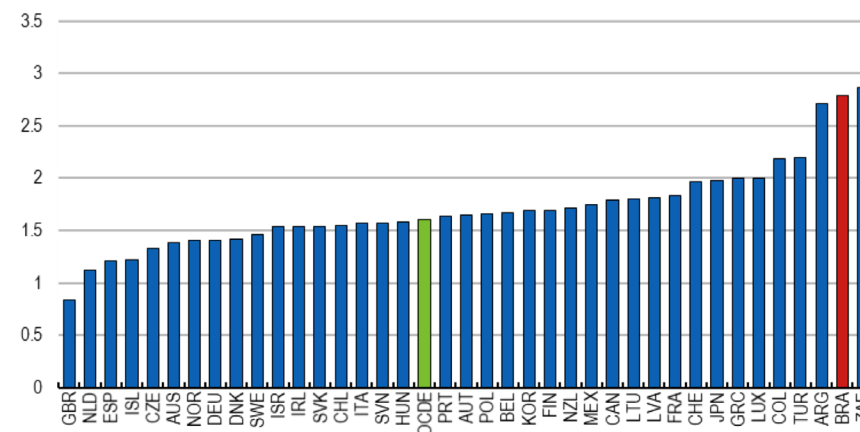
Além dos impostos, muitas indústrias são caracterizadas por um baixo nível de concorrência. Assim, as empresas enfrentam incentivos limitados para se tornarem mais produtivas. Os mecanismos de realocação de recursos, como entrada e saída de companhias, parecem mais fracos do que em outras economias, e as empresas com forte desempenho têm mais dificuldade de crescer à custa daquelas com baixa produtividade. Essas rígidas estruturas industriais deixam muitos empregos amarrados em negócios e atividades com pouco potencial para melhorar a produtividade e os salários.



O Brasil tem espaço para reduzir os custos administrativos e otimizar os mecanismos de licenciamento de novos negócios (...).

Tanto as barreiras de entrada nacionais, quanto a falta de concorrência estrangeira contribuíram para isso. O Brasil tem espaço para reduzir os custos administrativos e otimizar os procedimentos de licenciamento de novos negócios, garantindo que a regulamentação não prejudique desnecessariamente a concorrência (Figura 2). No passado, muitas políticas industriais contribuíram para cimentar as estruturas existentes, mas a saída de empresas menos produtivas é necessária para liberar os recursos para que as empresas mais bem-sucedidas cresçam até uma escala eficiente. O Brasil tem feito muito progresso nessas áreas nos últimos anos, mas ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar as melhores práticas internacionais.

Figura 2. As regulações restringem a concorrência
Indicador de regulação de mercados de produtos (2018)



Fonte: Base de dados PMR da OCDE, 2018 (<https://www.oecd.org/economy/reform/indicators-of-product-market-regulation/>).

Além das leis e regulações, disposições legais complexas dão origem a litígios excessivos e ao congestionamento dos tribunais. As decisões judiciais são lentas e as empresas podem ter dificuldade em prevê-las, aumentando a incerteza e o custo de execução dos contratos.

Fortalecer a integração na economia global

Uma maior integração com a economia global seria provavelmente o jeito mais eficaz de fortalecer as pressões da concorrência em muitas indústrias. Com as exportações e as importações

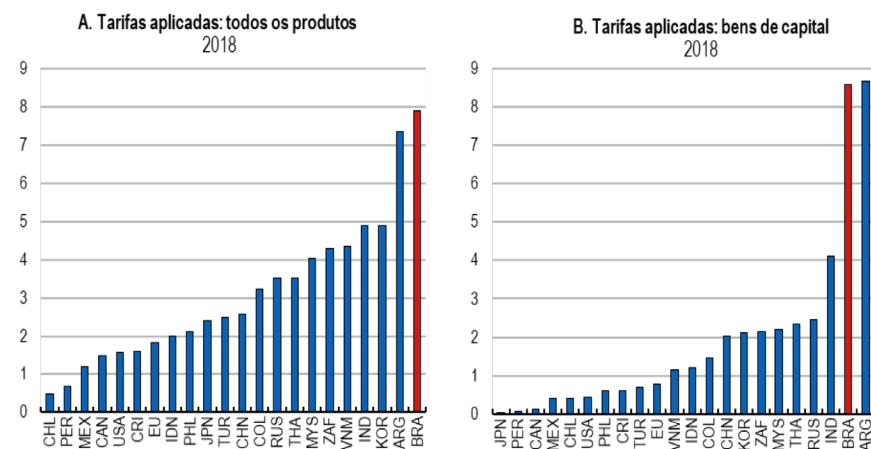
em menos de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB), a economia brasileira está significativamente menos integrada à economia mundial do que outras economias de mercado emergentes de tamanho similar. Participando pouco no comércio internacional, o Brasil também permaneceu à margem das redes de valor globais.

Esta situação reflete diversas barreiras ao comércio internacional. Os níveis médios das tarifas ponderados pelas importações estão quase duas vezes maior do que na vizinha Colômbia e mais de

oito vezes maior do que no México e no Chile (Figura 3). Além das tarifas, exigências de conteúdo nacional acrescentam à proteção dos produtores nacionais e esses fatores são a causa fundamental

das significativas reduções em importações e exportações. Além disso, o investimento em infraestrutura está aquém da depreciação há anos, o que torna a logística desafiadora e cara.

Figure 3. As barreiras comerciais são altas



Fonte: WITS (<https://wits.worldbank.org>).

As altas barreiras comerciais impedem que o Brasil aproveite os diversos benefícios de uma economia global cada vez mais integrada. Tanto os consumidores, quanto as empresas que compram bens intermediários ou bens de capital estão pagando preços bem mais altos do que em outros países. As barreiras comerciais a bens de capital costumam ser ainda maiores do que

as tarifas médias e esse pode ser um bom lugar para começar a redução das tarifas, pois os benefícios advindos de bens de capital mais baratos se espalhariam por toda a economia. Entre as economias de mercado emergentes, as empresas brasileiras são as que menos usam insumos importados. Isso contribui para a baixa produtividade das empresas.

Os benefícios do comércio internacional para o Brasil

Um dos efeitos mais imediatos de barreiras comerciais menores seria a queda no preço dos importados aos consumidores. As estimativas da OCDE sugerem que o poder de compra dos consumidores brasileiros poderia aumentar 8% sem as barreiras comerciais². Além disso, esses benefícios são altamente progressivos, pois as famílias de menor renda gastam uma parte maior de suas rendas em bens comercializáveis como comida, eletrodomésticos, móveis e roupas. A redução das tarifas não resultaria em perdas tributárias importantes, pois elas estão atualmente em cerca de 0,5% do PIB; e os efeitos de produtividade resultantes da maior integração levariam provavelmente a uma expansão da atividade e um aumento das receitas tributárias.

Em relação a empresas e emprego, os efeitos da redução das barreiras comerciais normalmente combinam benefícios de médio prazo a custos do ajuste de curto prazo. A abertura pode gerar realocações de recursos entre se-

tores e empresas, incluindo perdas de emprego em algumas áreas e criação de empregos em outras. Por um lado, as empresas ganham acesso mais fácil a insumos intermediários e de capital por meio das importações, e também por meio da reação dos produtores nacionais à crescente concorrência. Os empregos criados nas empresas exportadoras também têm maior probabilidade de serem empregos formais que pagam melhor, pois os exportadores brasileiros pagam salários 51% mais altos do que os não exportadores³.

A importância da capacitação profissional e da educação

As mudanças relacionadas a uma maior integração internacional podem criar desafios para os trabalhadores. Políticas de mercado de trabalho ativas podem ajudar muito a reduzir o custo do ajuste para os trabalhadores afetados. Essas políticas, cujo foco deveria ser a proteção dos trabalhadores, não a proteção dos empregos, setores econômicos ou das empresas, podem ajudar os indivíduos a passar de um setor para outro por meio de treina-

² OECD (2018), OECD Economic Surveys: Brazil 2018, OECD Publishing, Paris, https://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-bra-2018-en.

³ Brambilla, I., N. Depetris Chauvin and G. Porto (2017), "Examining the Export Wage Premium in Developing Countries", Review of International Economics, Vol. 25/3, pp. 447-475, <http://dx.doi.org/10.1111/roie.12231>.



mento, assistência na busca por emprego e outras medidas de ativação.

A capacitação profissional pode ser um instrumento altamente eficaz, sempre que o conteúdo estiver alinhado com as demandas de qualificação no mercado de trabalho. Fortalecer os incentivos das instituições de formação, para aumentar a empregabilidade dos participantes, pode ajudar a alcançar um melhor alinhamento com a demanda do mercado. Facilitar uma melhor adoção de conteúdo vocacional no Ensino Médio também pode ajudar a preparar os jovens de maneira eficaz para um ambiente econômico em mudança. Juntamente com a expansão da educação infantil, isso poderia reduzir as taxas de evasão escolar precoce e promover a inclusão.

Fortalecer a proteção social

No Brasil, os 10% mais ricos da população ganham quatro vezes mais que os 40% mais pobres. Até a chegada da pandemia, a desigualdade e a pobreza diminuíram nas últimas duas décadas em razão do crescimento econômico, das melhorias na educação e das transferências sociais. Os benefícios sociais chegavam a mais de 15% do PIB antes da pandemia e são caracterizados por um direcionamento inadequado, com quase metade das transferências atingindo o quintil de renda mais alto. A revisão dos arranjos de indexação atuais poderia liberar recursos para transferências mais eficientes e gerar reduções significativas da pobreza a um baixo custo fiscal. As transferências condicionadas, como o

programa Bolsa Família, que são bem direcionadas, poderiam ser expandidas e convertidas em uma verdadeira rede de proteção social, acelerando as concessões de benefícios em caso de demissão do trabalhador e retirando-as de maneira mais gradual para fortalecer os incentivos à busca de emprego. Isso daria mais proteção aos trabalhadores informais, que respondem por um terço do emprego e não são cobertos por esquemas de proteção ao trabalhador. Uma melhor rede de proteção social poderia reverter o recente aumento das taxas de pobreza e desigualdade.

Preservar a riqueza natural e o meio ambiente

Com 60% da floresta amazônica localizada dentro de suas fronteiras, lar da maior biodiversidade do mundo, o Brasil tem potencial para liderar o caminho da remodelação e reconstrução da nossa economia global, de forma mais sustentável. Os ativos naturais como a Amazônia, quando usados de forma sustentável, podem ajudar a criar novos empregos, aumentar a renda e levar a um sólido crescimento econômico, abordando ao mesmo

tempo desafios ambientais urgentes. Para tratar desses desafios, são necessárias ações fortes baseadas em sucessos passados na luta contra o desmatamento ilegal, fortalecendo esforços de fiscalização e garantindo recursos humanos e orçamentos adequados para órgãos ambientais⁴.

Conclusões

O Brasil embarcou em um caminho de reformas para tratar de diversos desafios. Nesses tempos particularmente difíceis, é de suma importância que essa dinâmica seja mantida. O governo deve continuar com os avanços em sua agenda de reformas estruturais, promovendo a concorrência, reduzindo as cargas regulatórias, a complexidade fiscal, fortalecendo a proteção social e a preservação do meio ambiente. Sem profundas reformas estruturais para aumentar a produtividade e a inclusão social, a recuperação será mais lenta e mais desigual ★

> Para mais informações, veja o último Relatório Econômico da OCDE: <https://oe.cd/brasil>

⁴ OECD (2020), OECD Economic Surveys: Brazil 2020, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/250240ad-en>.

Brasil, União Europeia e o êxito da décima segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

> *Por Alexandre Guido Lopes Parola, representante permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas internacionais em Genebra desde 2018*

> *Por Leonardo Rocha Bento, segundo-secretário na Missão Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas internacionais em Genebra desde 2019*

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é pilar da ordem econômica internacional e uma das áreas de atuação prioritária da diplomacia brasileira. Sucessora do GATT do pós-guerra, a OMC chega aos 26 anos com histórico que conjuga êxitos e contratempos e com presente marcado pelos mais

complexos desafios institucionais desde sua criação.

As razões da crise sistêmica da OMC são profundas e não podem ser explicadas apenas da perspectiva de curto prazo. Se o aumento do número de Membros¹ promoveu maior representatividade e se a maior participação de países emergentes desde o início do século contribuiu para a desconcentração do processo decisório na OMC, também tornaram mais desafiadora a construção de consensos multilaterais. Em momento histórico de acirramento da competição entre grandes potências comerciais, de frustrações associadas ao impasse da Rodada Doha e de impasse no que concerne ao Órgão de Apelação (OA), parece claro o que está em jogo hoje: a preservação



de um sistema de regras multilaterais que funcionem plenamente e que assegurem o cumprimento efetivo de disciplinas e compromissos comerciais assumidos pelos países nas últimas décadas.

O processo de reforma da OMC tem-se concentrado em questões relacionadas aos três pilares funcionais da Organização. No pilar jurisdicional, as preocupações de alguns Membros com a atuação do OA são de longa data. Desde 2017, a falta de consenso sobre o funcionamento do sistema de solução de controvérsias tem levado ao bloqueio da nomeação de novos membros para o OA. No pilar negociador, o desafio é a revitalização, em

ambiente em que permanecem dúvidas sobre a capacidade de geração de consensos multilaterais e em que se coloca de modo claro a necessidade de revisitar o tema do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento. Por fim, no pilar de transparência, trata-se de estabelecer critérios claros e efetivos para demonstrar que todos os Membros estão cumprindo as obrigações assumidas.

O Brasil é fundador da OMC e está comprometido com um sistema multilateral de comércio (SMC) baseado em regras. O governo brasileiro está engajado em reformar os três pilares da Organização e, em diferentes formatos - individual, bilateral, plurilate-

¹ O GATT 1947 teve originalmente 23 partes contratantes. A OMC foi criada pelo Acordo de Marraqueche com 128 Membros. Atualmente, são 164 Membros e 23 candidatos a acesso.

**Em abril, a OMC
previu que o comércio
internacional de bens
poderia contrair-se,
em 2020, em 13% num
cenário otimista e em
até 32% num cenário
pessimista.**



ral (por exemplo, por meio do Grupo de Ottawa²) e multilateral, tem tido participação ativa e propositiva no processo de reforma. O compromisso brasileiro foi registrado pelo presidente Jair Bolsonaro, no discurso de abertura da sessão plenária do Fórum Econômico Mundial, em 2019: “buscaremos integrar o Brasil ao mundo também por meio de uma defesa ativa da reforma da OMC, com a finalidade de eliminar práticas desleais de comércio

e garantir segurança jurídica das trocas comerciais internacionais”.

**2020 e seus desafios adicionais
para a OMC**

No primeiro trimestre de 2020, a rápida disseminação da covid-19 por todo o globo e as medidas adotadas para contê-la produziram impacto imediato sobre o comércio internacional tanto sob o lado da oferta (limitação à circulação de mão de obra, restrição às exportações, composição de estoques públicos) como da demanda (mudança nos padrões de consumo, adoção de medidas de facilitação do comércio). Em abril, a OMC previu que o comércio internacional de bens poderia contrair-se, em 2020, em 13% num cenário otimista e em até 32% num cenário pessimista³. Os efeitos sobre as cadeias de suprimento, em especial dificuldades de acesso a determinados bens e serviços, como equipamentos de proteção individual e outros conexos ao combate à pandemia, suscitaram discussões sobre a recentralização do processo produtivo (“reshoring”). O acesso a alimentos

também foi de tal modo prejudicado que o Programa Mundial de Alimentos (PMA) estimou que o número de famintos nos países em que opera chegaria a 270 milhões antes do final do ano, 82% a mais do que nos meses anteriores à eclosão da pandemia⁴. Em razão da pandemia, a 12ª Conferência Ministerial (MC12), instância máxima decisória da Organização, programada para junho de 2020, foi adiada.

A comunidade internacional buscou evitar a concretização dos cenários mais pessimistas. Líderes mobilizaram-se em cúpula extraordinária do G20 ainda em março, assumindo uma série de compromissos⁵, entre eles o de minimizar interrupções no comércio e nas cadeias de suprimentos globais. Na OMC, em diferentes formatos, Membros emitiram declarações em favor da manutenção das trocas comerciais. Em junho, Brasil, União Europeia (UE) e os demais integrantes do Grupo de Ottawa adotaram

declaração conjunta com ações em seis eixos (transparência, agricultura, comércio eletrônico, facilitação do comércio, comércio e saúde e engajamento ampliado com “stakeholders”) para responder à pandemia por meio do comércio internacional⁶. Destaca-se, ainda, declaração⁷ por meio da qual Brasil, UE e outros Membros, que respondem juntos por 67% das exportações e 60% das importações globais de produtos agrícolas, reconhecem a necessidade de resposta coordenada internacional aos desafios da pandemia sobre saúde e economia e adotam compromissos para conter os efeitos da crise sobre o comércio agrícola e a segurança alimentar. O comércio agrícola, de fato, demonstrou resiliência superior à de outros bens em 2020.

Além dessas, outras medidas permitiram que, ao final do ano, o balanço fosse mais positivo do que o esperado. Já no início de 2020, Brasil, UE e outros parceiros haviam acordado o

² O Grupo de Ottawa foi criado em outubro de 2018, para discussão sobre reforma e modernização da OMC. A coalizão reúne atualmente 14 Membros (Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Japão, México, Nova Zelândia, Noruega, Quênia, Reino Unido, Singapura, Suíça e União Europeia).

³ Mais detalhes estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.wto.org/english/news_pres20_e/pr855_e.htm. Acesso em 16/03/2021.

⁴ Mais detalhes estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.wfp.org/news/world-food-programme-assist-largest-number-hungry-people-ever-coronavirus-devastates-poor>. Acesso em 16/03/2021.

⁵ Versão em português da Declaração sobre COVID-19 do G20 está disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/cupula-extraordinaria-dos-lideres-do-g20-declaracao-sobre-covid-19. Acesso em 16/03/2021.

⁶ Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/international_relations-relations_internationales/wto-omc/2019-06-covid-19.aspx?lang=eng. Acesso em 16/03/2021.

⁷ Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/GC/208R2.pdf&Open=True>. Acesso em 16/03/2021.



estabelecimento do arranjo provisório “plurilateral” de “arbitragem-appeal” (MPIA), com compromisso de não “apelar ao vazio” enquanto durar a crise do OA e de fazer recurso a arbitragem, constituída caso a caso, se se desejasse apelar das conclusões do painel em um contencioso. Em março de 2021, a OMC anunciou que os fluxos internacionais de bens caíram 5,3% em 2020⁸, queda menor do que a cifra mais otimista divulgada em abril de 2020. Como resposta à pandemia, as delegações em Genebra engajaram-se ao longo do ano em discussões

sobre comércio e saúde em diferentes vertentes, como os preparativos pelo Grupo de Ottawa para lançamento de “Trade and Health Initiative” e a retomada de negociações para a isenção do PMA do escopo de restrições às exportações aplicadas pelos Membros.

2021 e as perspectivas de êxito da MC12

Para além do avanço na vacinação, que renova esperanças para a superação gradual dos efeitos restritivos da pandemia, o primeiro trimestre de 2021 ofereceu boas perspectivas para o

fortalecimento do SMC. Espera-se que a retomada progressiva das economias traga crescimento do comércio. Concluiu-se o processo de sucessão na direção-geral da OMC, com a designação da nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala. Tomou posse a nova administração norte-americana, e confirmou-se a nova USTR. Acordou-se que a MC12 será realizada em Genebra, na semana de 29 de novembro.

Em 2021, os desafios do SMC exigirão respostas concretas às questões econômica e sanitária. A MC12 será, portanto, momento-chave para reflexão sobre a reforma da OMC.

Brasil, UE e outras delegações advogam reflexão sobre a própria arquitetura da Organização. A flexibilização dessa arquitetura em favor da negociação de acordos plurilaterais na OMC deverá ser fundamental para revitalizar o pilar negociador, de cujo funcionamento depende em grande parte a relevância da instituição. Dados os modestos resultados multilaterais alcançados pelo SMC desde o fim da Rodada Uruguai, a flexibilização é indispensável. O objetivo é garantir que os freios e contrapesos da Organização não funcionem apenas para inibir violações ou garantir que nenhum



Brasil, UE e outras delegações advogam reflexão sobre a própria arquitetura da Organização. A flexibilização dessa arquitetura em favor da negociação de acordos plurilaterais na OMC deverá ser fundamental para revitalizar o pilar negociador (...).

Membro assumo obrigação contra sua vontade, mas também atuem para não proibir que os Membros que o desejem possam aprofundar seus compromissos. “Nem obrigado, nem proibido”: tem sido um lema presente no debate interno.

Não se deve negar ou evadir-se de discutir os obstáculos procedimentais e

8 Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/pres21_e/pr876_e.htm. Acesso em 07/04/2021.

de substância para a revisão da arquitetura, mas, mantendo-se abertas à adesão de todos os Membros e garantindo-se transparência, negociações plurilaterais balizadas pelos objetivos do SMC não deveriam ser impedidas. É oportuna, portanto, a proposta da UE para que se estabeleça grupo técnico para discutir a reforma e que se adote programa de trabalho a respeito na MC12.

Ao lado da discussão sobre a arquitetura da OMC, será preciso que a reforma esteja acompanhada na MC-12 de pacote de resultados amplo, ao mesmo tempo realista e ambicioso, balizado em metas, nos princípios fundacionais da Organização e em dois elementos centrais – o combate à pobreza e a promoção da sustentabilidade – que contribuam para enfrentarmos as urgências no campo da economia, da saúde e do desenvolvimento sustentável à nossa frente.

A questão de subsídios é, portanto, componente indissociável desse pacote e deveria ser tratada onde quer que eles sejam aplicados, com o objetivo de garantir a prevalência de condições de mercado. É fundamental que a OMC, preferencialmente antes da MC12, consiga concluir a principal



A questão de subsídios é, portanto, componente indissociável desse pacote e deveria ser tratada onde quer que eles sejam aplicados, com o objetivo de garantir a prevalência de condições de mercado.

negociação multilateral em curso, a de acordo sobre subsídios à pesca, contribuindo para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A preocupação com práticas distorcivas de mercado também abrange os subsídios industriais e agrícolas.

Para o Brasil, nenhum pacote na MC12 será suficiente sem progresso em agricultura, em especial em apoio

doméstico (subsídios à produção), pilar prioritário também para a UE, em que se verificam grandes distorções, principalmente em razão do crescente volume de subsídios concedidos por alguns países emergentes. Seria injustificável que, em 2030, os direitos para a aplicação de subsídios distorcivos da chamada Caixa Amarela chegassem a US\$ 2 trilhões. O mínimo que se pode esperar para a MC12 é o consenso em torno de diretrizes, acompanhadas de programa de trabalho, que pavimentem o caminho para acordo a ser concluído na ministerial seguinte. Ainda em agricultura, Brasil e UE vêm defendendo a necessidade de incrementar a transparência, inclusive de tarifas aplicadas, e de adotar decisão multilateral sobre o PMA. O surgimento de novos desafios à produção agroalimentar oferece oportunidade para que a OMC adote programa de trabalho para o futuro dos debates sobre medidas sanitárias e fitossanitárias.

Entre os resultados concretos que precisam ser alcançados pela OMC está contribuir com os esforços internacionais de combate à pandemia por meio de iniciativa, idealmente multilateral, em comércio e saúde. Quanto mais completa em termos de áreas e temas abarcados, mais efetiva será a respos-

ta do SMC à covid-19 e mais preparado estará para reagir prontamente a futuras pandemias.

A OMC tampouco poderá esquivar-se de contribuir aos debates internacionais sobre sustentabilidade ambiental. O fortalecimento, não o enfraquecimento, das regras multilaterais de comércio deve nortear a discussão, considerando interesses e necessidades de todos os Membros.

Se a flexibilização da arquitetura da OMC estará no centro da MC12, não se poderá prescindir de entregar resultados nas iniciativas plurilaterais em discussão. Espera-se que sejam concluídas as negociações ou se chegue a resultado parcial nas tratativas sobre regulamentação doméstica de serviços, comércio eletrônico e facilitação de investimentos, todas contando com engajamento ativo de Brasil e UE.

Finalmente, a MC12 será oportunidade para reflexão de alto nível sobre o futuro do sistema de solução de controvérsias da OMC. Brasil e UE têm trabalhado juntamente com outros parceiros para que se possa chegar a solução multilateral definitiva, que compreenda a preservação do duplo grau de jurisdição e do consenso negativo ★

A pandemia da COVID-19 no Brasil: uma tragédia educacional com graves efeitos de longo prazo sobre a mão-de-obra brasileira

> Por **Emanuela Di Gropello**, gerente da prática de Educação do Banco Mundial para a região América Latina e Caribe

> Por **Juan Diego Alonso**, economista sênior do Banco Mundial para América Latina e Caribe, especialista em educação

> Por **Ildo Lautharte**, economista do Banco Mundial no Brasil, especialista em educação

A pandemia da covid-19: a pior ruptura histórica na educação

O surto da pandemia da covid-19 causou estragos em escala global. Desde o primeiro trimestre de 2020, a disseminação da variante SARS-COV2 do coronavírus paralisou o mundo em uma escala jamais vista antes. Todas as regiões e continentes foram afetados, embora algumas áreas tenham

sofrido mais do que outras. A região da América Latina e do Caribe (LAC) tem sido, neste momento, o centro da epidemia. Um ano após o início da pandemia, a LAC é responsável por cerca de 20% dos casos globais e quase 30% das mortes. Com 13,3 milhões de casos e mais de 345 mil mortes em 9 de abril de 2021, o Brasil está no topo do ranking da LAC, detendo inclusive o triste recorde do segundo maior número de casos e mortes no mundo.

A crise sanitária trouxe à tona uma crise visível: o impacto maciço sobre os meios de subsistência das pessoas. Segundo estimativas do Banco Mundial, a economia nacional brasileira deve ter sofrido uma retração de 4,1% em 2020. A dupla crise sanitário-econômica pode estar associada ao que foi rotulado como “crises gêmeas” na literatura econômica (por exemplo, do sistema bancário e de moeda). Mas as

No Brasil, o fechamento de escolas fez com que cerca de 48 milhões de alunos (...) fossem subitamente expulsos do sistema educacional que os abrigava diariamente.



“crises gêmeas” escondem um terceiro componente crítico menos visível: a crise educacional. Este aspecto “encoberto” é, sem dúvida, igualmente trágico. Por quê?

Vamos começar pelo pano de fundo necessário: **o choque**. Como parte das medidas tomadas para impedir a propagação do vírus, praticamente todos os países da LAC decidiram fechar escolas. Até o início de abril de 2020, cerca de 1,6 bilhão de alunos estavam fora da escola em todo o mundo. Destes, mais de 170 milhões estavam na

LAC, representando uma emergência sem precedentes. No Brasil, o fechamento de escolas fez com que cerca de 48 milhões de alunos – nos ensinos fundamental, médio e superior, tanto em instituições públicas, quanto privadas – fossem subitamente expulsos do sistema educacional que os abrigava diariamente. O adjetivo “expulso” é proposital, não acidental. Foi uma “reação imediata para salvar vidas”, mas com consequências inéditas – e ainda não totalmente compreendidas – por muitos. E um pesado pedágio que pode “enterrar vidas” no futuro.

Reação do sistema educacional brasileiro ao fechamento de escolas

Em consonância com vários países da LAC, o Brasil baseou-se em investimentos pré-existentes e esforços para implantar soluções massivas de aprendizagem remota para enfrentar o fechamento das escolas. No início, os países gradualmente migraram para soluções multimodais, que combinavam TV, rádio, materiais impressos e soluções baseadas na **iais** (para todos os níveis) e **Seguimos Conectados** (para a educação básica via TV Escola).¹

¹ <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/nationalresponses#LATIN%20AMERICA%20&%20THE%20CARIBBEAN>.



Com um sistema educacional altamente descentralizado, cada estado e município teve alguma autonomia para implementar respostas de aprendizagem remota em suas jurisdições. Por exemplo, o estado de São Paulo, com um dos maiores sistemas escolares da LAC, conseguiu lançar rapidamente um plano de continuidade da educação, incluindo a distribuição de material impresso, a produção e difusão de conteúdo educacional na TV aberta, a produção de um aplicativo de dados patrocinado com recursos pedagógicos on-line (criado pelo Cen-

tro de Mídias da Educação de São Paulo) e o fornecimento de alimentação e apoio social às famílias.²

Estados e municípios brasileiros também fizeram esforços de destaque para apoiar pais e professores para a aprendizagem remota. Com o apoio da organização sem fins lucrativos *Laboratório de Educação*, a Secretaria de Educação do Maranhão, por exemplo, desenvolveu um currículo de engajamento familiar com sugestões concretas para que pais e cuidadores incentivem o processo de aprendizagem de crianças pequenas.³ Com re-

lação ao apoio a docentes, a iniciativa *Educação em Rede*, um esforço conjunto da Nova Escola e do *Facebook*, vem servindo como uma plataforma de formação de professores para o desenvolvimento de habilidades digitais e pedagógicas durante a covid-19.

Apesar desses tremendos esforços, uma coisa é clara: a educação remota não pode substituir o ensino presencial. Vários fatores dificultam a eficácia de mitigação de soluções de ensino remoto. Os dados disponíveis sobre o Brasil sugerem que as discrepâncias digitais são notáveis. Como resultado das diferentes barreiras, o acesso ao ensino remoto tem sido desigual, afetando desproporcionalmente os mais vulneráveis. Por exemplo, a proporção de alunos em áreas rurais sem acesso a atividades escolares durante a pandemia foi de 14,8%, substancialmente maior do que a proporção entre os alunos em áreas urbanas (8,9%).^{4 5}

Mesmo supondo um nível decente de alcance e aceitação, a participação e o engajamento em iniciativas de educação remota eram difíceis de alcançar. Um estudo conduzido pela *Lemann Foundation*⁶ mostra que apenas 52% dos alunos estão participando de atividades de ensino remoto na região Nordeste, a mais pobre do país, substancialmente abaixo dos 92% da região Sul do Brasil. As dificuldades para acompanhar a rotina têm sido identificadas como um dos maiores desafios enfrentados pelos alunos.⁷ Ainda assim, mesmo no melhor cenário, o ensino remoto somente poderá atenuar parcialmente as perdas de aprendizagem decorrentes do fechamento das escolas.⁸

As profundas implicações para o desenvolvimento do capital humano

Espera-se que o impacto do fechamento das escolas seja um grande retrocesso para o desenvolvimento

² <http://documents1.worldbank.org/curated/en/932201599120581011/pdf/Brazil-Secretaria-Estadual-de-Educacao-de-Sao-Paulo-Sao-Paulo-State-Department-of-Education.pdf>

³ <http://documents.worldbank.org/curated/en/277301599119523264/Brazil-Educacao-Infantil-no-Maranhao-Early-Learning-in-Maranhao>

⁴ Paffhausen, A. L. (2021). "Access to schooling in Brazil during the COVID-19 Pandemic". Nota de Educação do PNAD - COVID-19 – atualização em novembro de 2020. Washington, D.C.: Grupo do Banco Mundial. Documento interno.

⁵ A pesquisa PNAD do Brasil é de representatividade nacional. A pesquisa foi iniciada em maio de 2020 e coleta dados de quase 50 mil domicílios por semana. O documento utiliza dados coletados durante o período de julho a novembro de 2020.

⁶ <https://fundacaolemann.org.br/>

⁷ Fourth round of survey "Remote education: perspectives of students and their families". Lemann Foundation.

⁸ <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35276>

Antes da pandemia, no Brasil, um jovem somente atingiria 55% de sua produtividade aos 18 anos, quando comparado a uma situação onde usufrísse de educação integral e de saúde plena.



humano. A teoria do capital humano afirma que o “sucesso educacional aumenta as habilidades cognitivas e, portanto, melhora os resultados do mercado de trabalho, tais como produtividade e ganhos”.⁹ O Índice de Capital Humano (ICH), métrica criada em 2018 pelo Banco Mundial, mede o capital humano que uma criança nascida hoje pode atingir aos 18 anos. O ICH tenta fornecer uma medida da produ-

tividade dos futuros trabalhadores em relação a um padrão de referência de educação integral e saúde plena. Ou seja, um indivíduo com pleno acesso aos melhores sistemas de educação e saúde possíveis seria 100% produtivo em sua vida adulta. O ICH documenta o quão longe um país está quando avaliado contra essa métrica.

Antes da pandemia, no Brasil, um jovem somente atingiria 55% de sua produtividade aos 18 anos, quando comparado a uma situação onde usufríssem de educação integral e de saúde plena. Embora claramente deficitário, o Brasil vinha apresentando uma tendência positiva no ICH antes da covid-19, com aumento de 0,52 em 2007 para 0,58 em 2019. Essa tendência provavelmente pode ser revertida com o colapso dos resultados da educação e da saúde devido à covid-19. Conforme discutido abaixo, os países estão perdendo anos de progresso na educação. O que é ainda pior: os efeitos da pandemia sobre a educação, medida em diferentes estágios do ciclo de vida, sugerem que o choque no estoque do capital humano provavelmente durará mais de uma geração.



De acordo com simulações do Banco Mundial, a parcela de crianças que não conseguem ler com proficiência o suficiente até o final da idade primária (conhecido como índice de pobreza de aprendizagem) poderá aumentar de 50,8% para 62,3% na LAC, se as escolas ficarem fechadas durante 70% do ano letivo e a eficácia da mitigação for baixa. As estimativas iniciais para o Brasil¹⁰, no início da pandemia, demonstraram que se apenas cerca de

um terço do ano letivo regular fosse perdido, a pobreza de aprendizagem poderia aumentar de 42,2% para 46,1%.¹¹ E todos sabemos que, na média, uma fração muito maior do que um terço do ano letivo de 2020 foi completamente perdida no Brasil.

Outra estimativa do Banco Mundial demonstra que, em um cenário de duração média de 10 meses de fechamento das escolas em todo o

⁹ <https://blogs.worldbank.org/education/impact-covid-19-labor-market-outcomes-lessons-past-economic-crises>

¹⁰ Estimating Covid-19 Impact: Brazil, EduAnalytics, Banco Mundial, abril de 2020.

¹¹ Essas estimativas podem ser interpretadas como um limite mais baixo, considerando que a maioria dos alunos no Brasil está fora da escola há pelo menos 9 meses.

país, e supondo a eficácia moderada de mitigação, a parcela de alunos do ensino médio abaixo do nível mínimo de proficiência (BMP) no país poderia aumentar dos atuais 50% para cerca de 64%¹². Em outras palavras, enquanto 1 em cada 2 alunos do ensino médio atendia o BMP antes da pandemia, apenas o efeito médio do fechamento das escolas no ano letivo de 2020 poderia significar que 2 em cada 3 alunos do ensino médio estarão abaixo do BMP. Com mais alunos abaixo do BMP, as perdas de aprendizado prejudicariam maciçamente os alunos na obtenção de habilidades básicas/fundamentais.

Utilizando evidências sobre retornos à escolaridade, expectativa de vida e variáveis do mercado de trabalho, a perda de aprendizado também pode ser quantificada em termos de rendimentos ao longo da vida. Se as escolas permanecerem fechadas por 10 meses e o nível de eficácia de mitigação for médio, um aluno médio na LAC da coorte atualmente matriculada na escola poderia perder \$23.628 (em PPC - Paridade de Poder de Compra - de dólares de 2017) em rendimentos

ao longo da vida, equivalente a \$1.313 (em PPP de dólares de 2017) em rendimentos anuais. As perdas de aprendizado na LAC podem se traduzir em um custo econômico agregado de perdas de rendimentos renunciados de US\$1,7 trilhão (em PPPs de 2017), no caso de fechamento das escolas por 10 meses.

Embora as estimativas quantitativas de rendimentos renunciados ao longo da vida relativas ao Brasil não estejam disponíveis, é evidente que os efeitos negativos da crise vão além das perdas de aprendizado. Muitos alunos, particularmente de grupos de baixa renda, poderiam ser desestimulados e abandonar a escola. Simulações iniciais sugerem que a desistência no Brasil entre crianças de 6 a 17 anos poderia ter aumentado 12% em 2020, devido ao efeito conjunto da educação e dos canais econômicos. Embora essa parcela seja ligeiramente inferior à média regional de 15%, em termos absolutos ela significa que aproximadamente outros 172.000 alunos brasileiros podem abandonar as escolas devido à COVID-19. No longo prazo, esse choque no capital humano pode reduzir significativamente a mobilidade intergera-

cional e a probabilidade de crianças de famílias de baixa escolaridade concluírem o ensino médio.¹³

O processo de reabertura das escolas e as oportunidades olhando para a frente

De forma consistente com a situação sanitária e econômica do Brasil, *o processo de reabertura das escolas está ocorrendo bastante lentamente*. Até meados de fevereiro de 2021, apenas 26% dos estados brasileiros haviam reaberto as escolas em formato de ensino híbrido. Outros 30% dos estados retomaram o ensino remoto e 7% (Maranhão e Pernambuco) estavam usando o ensino híbrido e remoto. O Acre é o único estado que está planejando uma reabertura totalmente presencial das escolas em maio. A Bahia se destaca como o único estado que ainda não definiu uma data para a reabertura das escolas. Os demais estados planejam reabrir as escolas em formato híbrido ou retomar o ensino remoto até maio de 2021.

Enquanto a maioria das escolas permanece fechada, os governos locais podem neutralizar as perdas de aprendizado mantendo os alunos engajados



No longo prazo, esse choque no capital humano pode reduzir significativamente a mobilidade intergeracional e a probabilidade de crianças de famílias de baixa escolaridade concluírem o ensino médio.

nos sistemas de ensino e melhorando a eficácia do ensino remoto. Algumas iniciativas promissoras já estão mostrando resultados positivos. Em uma intervenção realizada durante o fechamento das escolas, mensagens de texto de incentivo foram enviadas duas vezes por semana para alunos do ensino médio ou a seus principais responsáveis, com o objetivo de engajar os

¹² Os alunos não conseguem identificar a ideia principal em um texto de extensão moderada, encontrar informações baseadas em critérios explícitos, embora às vezes complexos, e refletir sobre a finalidade e forma de textos, quando explicitamente orientados a fazê-lo.

¹³ <https://ideas.repec.org/p/inq/inqwps/ecineq2021-571.html>



alunos no ensino remoto e motivá-los a permanecer matriculados na escola.¹⁴ Uma avaliação de impacto constatou que essa intervenção estava associada a uma redução de 77% do índice de abandono e uma redução de 44% na falta de motivação para voltar à escola.

Da mesma forma, é importante que os governos preparem as escolas para uma reabertura segura e eficaz para que alunos e professores retornem à escola assim que as condições sanitárias melhorarem. Várias lições de outros países podem fornecer informações sobre como fazer esse processo. Com capacidade e recursos suficientes, é possível implementar protocolos de saúde e higiene adequados ao contexto no nível escolar. A

combinação de ensino remoto e presencial em modelos de ensino híbrido tem sido o “novo normal” em muitos países, pois oferece flexibilidade para responder rapidamente a surtos locais e pode apresentar melhores resultados do que o ensino remoto. Avaliar as necessidades dos alunos será essencial para identificar lacunas de aprendizagem e adaptar programas corretivos para recuperá-la. Outras lições emergentes incluem a adaptação do calendário escolar, modificação de provas que ofereçam alto risco, direcionamento de recursos e medidas a grupos vulneráveis, manutenção de uma comunicação antecipada e regular sobre o processo de reabertura, entre outros.

14 <https://ssrn.com/abstract=3724386> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3724386>

A pandemia da covid-19, embora catastrófica em muitos aspectos, também pode ser uma boa oportunidade para melhor alinhar os sistemas educacionais às necessidades do mercado de trabalho. No ensino médio e superior, avançar em direção a um formato mais baseado em competências, mais flexível e acessível, que melhor atenda às necessidades do mercado de trabalho, poderia impedir que os jovens alunos fiquem estagnados ou reduzam o desenvolvimento de seu capital humano. Por exemplo, os cursos superiores poderiam ser reequilibrados com programas bem concebidos e ciclo de curto prazo, que sejam mais práticos e orientados para o mercado de trabalho, e que geralmente apresentem resultados positivos e altos retornos ao capital humano por meio de ganhos de produtividade. Programas técnicos eficazes também devem focar no desenvolvimento das competências básicas transversais dos alunos, fundamentais para que os jovens graduados se adaptem em um mercado de trabalho dinâmico e em rápida mudança.

Resumindo, o Brasil enfrentava um importante desafio de aprendizagem

antes da pandemia. As fundações para a construção de capital humano no país estavam ligeiramente melhorando. Mas o tremendo choque vivido com a pandemia até o momento poderá reverter rapidamente décadas de progresso, afetando seriamente a qualidade da mão-de-obra brasileira da próxima geração. Tentar garantir o retorno mais seguro possível à educação dentro de uma modalidade híbrida – parcialmente presencial, parcialmente remota – é certamente uma estratégia muito mais eficaz do que até mesmo a melhor iniciativa de ensino remoto possível. Mas ainda há uma chance de reconstruir melhor, para garantir que o sistema educacional brasileiro pós-pandemia seja mais resiliente, justo e eficaz. Não há tempo a perder. O momento para agir é agora ★

► **Baseado no documento “Acting Now to Protect the Human Capital of Our Children: The Costs of and Response to COVID-19 Pandemic’s Impact on the Education Sector in Latin America and the Caribbean”, do Banco Mundial¹⁵**

15 <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35276/Acting%20now-sumPT.pdf>.

O Acordo Mercosul-UE como aliado na recuperação econômica e no desenvolvimento sustentável

> **Por Carlos Eduardo Abijaodi (in memoriam), diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI**

> **Por Fabrizio Panzini, gerente de Políticas de Integração Internacional da CNI**

O Mercosul e a União Europeia (UE) concluíram, em julho de 2019, um dos maiores e mais abrangentes acordos de livre comércio já existentes. O acordo abrange 31 economias, 27 países europeus e quatro do Mercosul, que representam 24% do PIB mundial (US\$ 21 trilhões) e mais de 700 milhões de habitantes.

Após internalizado, o acordo trará novas oportunidades para ambos os blocos ao reduzir tarifas de importação de até 17% para o ingresso de produtos brasileiros na Europa e de até 35% para a entrada de produtos europeus no Mercosul. Além disso, o acordo também aumen-

tará cotas de importação de produtos sensíveis do agronegócio e que interessem particularmente ao Brasil, reduzirá barreiras não tarifárias e burocracias para facilitar os negócios bilaterais, impulsionará investimentos entre os dois blocos e trará mais acesso aos mercados de compras governamentais.

O acordo é também um dos mais avançados em regras sobre o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o incremento das relações econômicas entre os países do Mercosul e da UE, em função do acordo, ocorrerá respeitando regras em meio ambiente e trabalho em prol do desenvolvimento sustentável.

Ainda há um caminho a ser percorrido até a entrada em vigor do acordo. É necessário finalizar todos os trâmites necessários nos países dos dois blocos. Para que esse caminho seja encurtado, os dois lados precisam fazer esforços,



sejam técnicos ou políticos, para os respectivos parlamentos os aprovem.

Quando o acordo entrar em vigor e para que seja mais bem aproveitado pelo Brasil, é necessário um trabalho, tanto do governo, quanto do setor empresarial e da sociedade civil. A redução do custo Brasil, aliado com a modernização da infraestrutura e da logística no Brasil devem ser os principais direcionadores desse processo, sem deixar de lado políticas para incrementar cada vez mais o desenvolvimento sustentável no país.

União Europeia: parceiro estratégico para o Brasil e para a indústria

Os países da UE são, em conjunto, o segundo maior destino das vendas e das compras brasileiras do exterior,

atrás apenas da China, 15% e 21%, respectivamente.

Para a indústria, o bloco europeu é ainda mais importante. Os produtos industriais representam 70% da corrente de comércio. Apesar da queda de 40% da corrente de comércio entre o Brasil e a UE na última década, a participação de produtos industrializados em relação ao total comercializado permaneceu constante.

As tabelas abaixo indicam os principais produtos que fazem parte do comércio entre o Brasil e a UE. O comércio de medicamentos, muito importante nesse momento de combate à pandemia, é o principal produto da pauta de importações do Brasil do bloco europeu, representando 9% do que o Brasil comprou da UE na última década.

Tabela 1. Principais produtos importados pelo Brasil da UE (média 2011 – 2019)

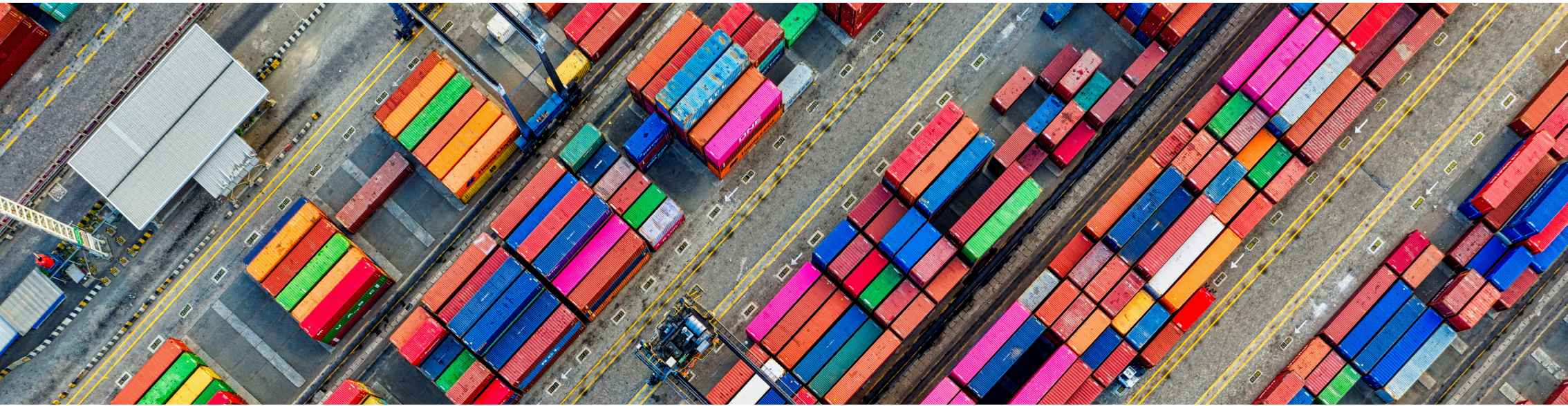
Principais produtos	US\$ milhões	Participação
Medicamentos	3.441,7	9%
Demais produtos manufaturados	2.819,1	7%
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	2.004,2	5%
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	1.224,8	3%
Automóveis de passageiros	954,8	2%
Inseticidas, formicidas, herbicidas e produtos semelhantes	918,3	2%
Gasolina	909,0	2%
Instrumentos e aparelhos de medida	897,6	2%
Rolamentos e engrenagens	784,1	2%
Motores, geradores e transformadores elétricos	707,9	2%
Subtotal	14.661,3	38%
Total	38.921,8	100%

Fonte: FuncexData. Elaboração própria.

Tabela 2. Principais produtos exportados pelo Brasil para a EU (média 2011 – 2019)

Principais produtos exportados	Média	Participação
Minérios de ferro e seus concentrados	3.754,9	9%
Farelos de soja	3.647,2	9%
Café em grão	2.844,0	7%
Soja mesmo triturada	2.422,6	6%
Celulose	2.044,0	5%
Óleos brutos de petróleo	1.856,2	5%
Plataformas de perfuração ou de exploração	1.521,3	4%
Minérios de cobre e seus concentrados	1.180,9	3%
Ouro em formas semimanufaturadas	995,1	2%
Suco de laranja	939,9	2%
Subtotal	21.206,2	51%
Total	41.201,7	100%

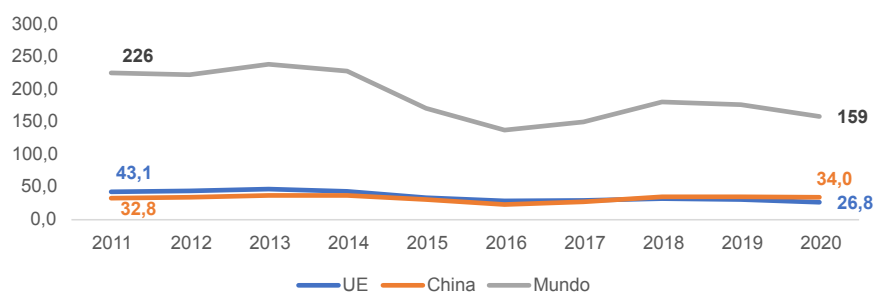
Fonte: FuncexData. Elaboração própria.



Entretanto, o bloco europeu vem perdendo espaço para a China no mercado brasileiro. Em 2011, a UE representava 19% das importações

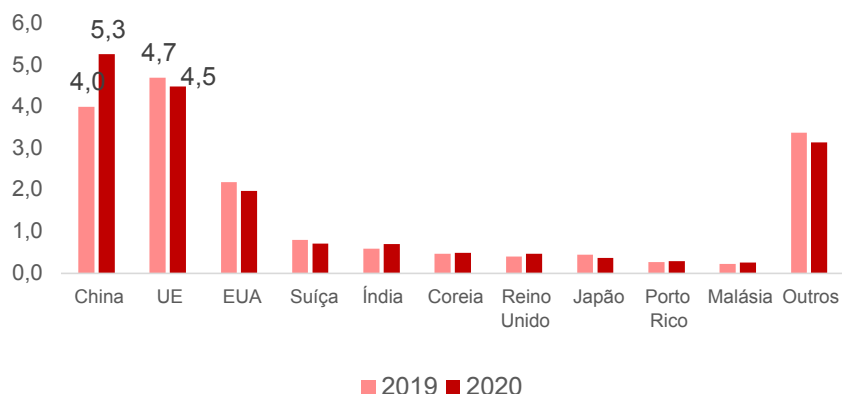
brasileiras, enquanto a China 14%. A partir de 2017 essa dinâmica se inverteu e, desde então, a China é a principal origem das compras brasileiras

Gráfico 1. Importações do Brasil (US\$ bilhões)



Fonte: FuncexData. Elaboração própria.

Gráfico 2. Origem das importações brasileiras de produtos de combate à covid-19 (US\$ bilhões) – Produtos sem tarifas de importação



Fonte: ComexStat e CAMEX. Elaboração própria.

A China também está passando a UE como origem dos principais produtos da pauta. No caso de medicamentos e outros produtos essenciais para o combate à covid-19¹, a UE era, em 2019, a principal fornecedora estrangeira do Brasil. Mas, a China passou a ocupar a primeira posição em 2020, com crescimento de 32% nas vendas para o Brasil, enquanto as exportações europeias desses produtos caíram 4,5% entre 2019 e 2020.

A reversão desse quadro e a recuperação da participação da UE no Brasil pode ocorrer com a entrada em vigor célere do acordo Mercosul-UE. Além de prever o acesso preferencial, com eliminação de tarifas de importação para cerca de 90% das vendas industriais do bloco europeu ao Brasil, o acordo também traz regras que darão maior segurança jurídica e previsibilidade aos negócios bilaterais e estimulam a melhoria do ambiente de negócios no país.

Benefícios do acordo Mercosul-UE

Ao analisar a oferta do Mercosul para o bloco europeu, 54,8% das importações do Mercosul para a UE terão suas



O bloco europeu vem perdendo espaço para a China no mercado brasileiro. Em 2011, a UE representava 19% das importações brasileiras, enquanto a China 14%. A partir de 2017 essa dinâmica se inverteu e, (...) a China é a principal origem das compras brasileiras.

tarifas de importação eliminadas entre 10 e 15 anos após a entrada em vigor do acordo. Por outro lado, apenas 15,2% das importações do Brasil da UE terão suas tarifas de importação eliminadas imediatamente.

¹ Foram considerados 298 produtos (NCMs) essenciais para o combate à covid-19. A seleção de produtos embasou-se nas listas da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que reduziram temporariamente as tarifas de importação desses produtos no Brasil. Para mais informações: <http://www.camex.gov.br/tarifa-externa-comum-tec/listacovid>

Tabela 2. Análise geral da oferta do Mercosul para a EU no acordo					
Cestas Desgravação	Imp. Brasil-Ue 2018 (Us\$ Mi)	Part. Nas Imp. Brasil-Ue	Nº Ncms	Part. Ncms No Total	Média Tec
Imediato	4.950,2	15,2%	1.075	10,7%	3,1
4 anos	4.150,9	12,7%	2.226	22,2%	4,4
8 anos	2.311,3	7,1%	1.370	13,7%	18,8
10 anos	13.123,7	40,2%	3.523	35,1%	13,8
15 anos	4.764,6	14,6%	900	9,0%	16,3
E (exclusão)	2.588,9	7,9%	894	8,9%	15,1
Não linear	756,6	2,3%	42,0	0,4%	21,3
Total Geral	32.646,3	100,0%	10.030	100,0%	11,6

Fonte: Acordo Mercosul-UE e ComexStat. Elaboração: CNI.

Tabela 3. Análise geral da oferta da EU para o Mercosul no acordo					
Cestas Desgravação	Imp. Brasil-Ue 2018 (Us\$ Mi)	Part. Nas Imp. Ue-Brasil	Nº CMs	Part. CMs No Total	Tarifa Média UE
Imediata	27.488,2	75,1%	5087	54,3%	4,3
4 anos	3.806,9	10,4%	1711	18,3%	6,2
7 anos	2.453,0	6,7%	656	7,0%	9,9
8 anos	29,7	0,1%	849	9,1%	9,1
10 anos	345,2	0,9%	589	6,3%	15,3
Não linear	2.354,2	6,4%	375,0	4,0%	0,8
Exclusão	103,9	0,3%	106	1,1%	24,0
Total Geral	36.581,1	100,0%	9373	100,0%	9,9

Fonte: Acordo Mercosul-UE e EuroData. Elaboração: CNI.



Do lado da oferta europeia ao Mercosul, a maior parte das importações da UE do Brasil concentra-se na cesta de desgravação imediata, ou seja, eliminação das tarifas de importação do bloco europeu na entrada em vigor do acordo. Essa concentração abrange, principalmente, produtos industriais.

Vale ressaltar que 6,4% das importações europeias do Brasil de produtos que são de interesse exportador do país serão sujeitas a cotas e/ou outras preferências, sobretudo para produtos agrícolas como carnes.

Em ambos os casos, os exportadores enfrentam tarifas de importação que serão, em grande medida, eliminadas gradualmente com o acordo. Alguns exemplos de produtos com oportuni-

dades na UE para exportações brasileiras são autopeças, produtos de couro, suco de laranja, carnes, alumínio e calçados. As tarifas desses produtos na Europa variam entre 4,5%, no caso de algumas autopeças, até 17%, como é o caso de calçados e algumas carnes.

O acordo também traz regras que favorecem o comércio entre o Mercosul e a UE. Entretanto, algumas delas implicarão em desafios para o Mercosul por dois grandes motivos:

- Estimulam a harmonização de regras no Mercosul, como no caso de regulamentos técnicos; e
- Regras mais benéficas para a UE em relação àquelas entre os países do Mercosul.

Tabela 4. Principais regras do acordo que favorecem o comércio no Mercosul

Tema	Regra
Bens	• Eliminação de taxas aduaneiras
Regras de origem	• Requisitos específicos que refletem a estrutura produtiva • Auto-certificação com transição em 5 anos
Facilitação de comércio	• Redução de taxas e encargos • Solução de consulta céleres e abrangentes
Barreiras técnicas	• Iniciativas facilitadoras de comércio (cooperação regulatória) • Certificado de avaliação da conformidade emitido pelo produtor • Estimula harmonização de regulamentos no Mercosul
Medidas sanitárias e fitossanitárias	• Pre-listing (aprovação de estabelecimentos para exportação sem necessidade de inspeção prévia) • Regionalização (em caso de peste/praga, só a exportação de produtos da área afetada será restringida)
Serviços	• Eliminação de taxas • Liberalização do transporte marítimo de cargas
Compras governamentais	• Mais transparência e mais informações nas licitações • Liberalização do mercado de compras públicas
Propriedade Intelectual	• Reconhecimento e proteção mútuos de Indicações Geográficas

Fonte: elaboração própria.

Brasil e UE com agendas comuns em sustentabilidade

O acordo traz regras robustas em desenvolvimento sustentável, abrangendo meio ambiente, clima e trabalho, com o objetivo de reforçar os compro-

missos internacionais no tema.

Há compromissos para adotar, ratificar e implementar diversas regras internacionais relacionadas ao tema, sobretudo no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), Organiza-

O Brasil é parte da maioria das convenções mencionadas no acordo [Mercosul - UE], sendo um ator importante que trabalha em prol do desenvolvimento sustentável (...).



ção Mundial do Comércio (OMC) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil é parte da maioria das convenções mencionadas no acordo, sendo um ator importante que trabalha em prol do desenvolvimento sustentável, tanto no âmbito nacional, como internacional.

Os compromissos internacionais ajudaram a consolidar a política de sustentabilidade no Brasil. O país é signatário dos principais tratados internacionais:

- Acordo de Paris;

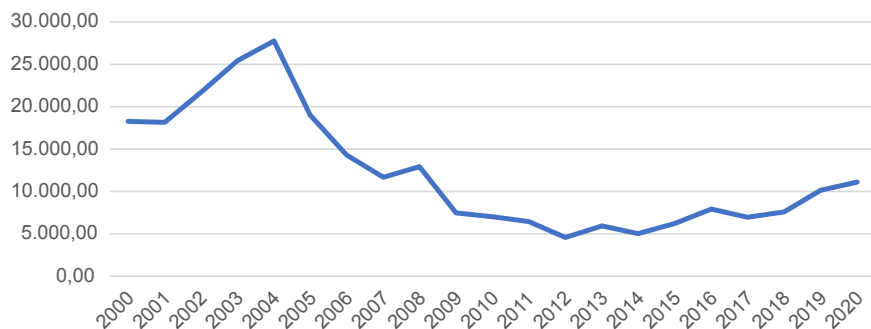
- Protocolo de Nagóia;
- Protocolo de Kyoto;
- Convenção em Diversidade Biológica; e
- Convenção da ONU de Combate à Desertificação.

No âmbito nacional, o Brasil possui legislação no tema desde 1934, com a implementação do código florestal. Alguns avanços foram:

- 1ª regulamentação em biossegurança, em 1995;
- Plano para prevenir e controlar o desmatamento na Amazônia, em 2004;
- Política sobre alteração climática, em 2009;
- O programa RenovaBio, lançando em 2017, para expandir a produção de biocombustíveis no Brasil.

Nos últimos anos, há a intensificação de uma força-tarefa no âmbito do Conselho da Amazônia Legal, liderado pelo vice-presidente do Brasil, para combater o desmatamento na região. A cooperação internacional é um requisito para enfrentar o desmatamento ilegal, que teve um ligeiro aumento recente.

Gráfico 3. Taxa de desmatamento na Amazônia (em km²)



Source: DETER/INPE.

A Amazônia é um ponto importante para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Mas, não é o único e é necessário levar em consideração que o Brasil é referência em vários outros indicadores sustentáveis, como em energias renováveis e emissão de gás carbônico (CO₂).

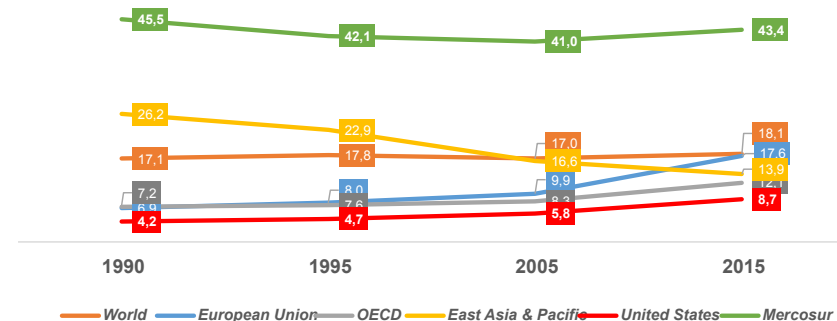
O Mercosul tem o maior consumo de energia renovável nos últimos anos em comparação com outras regiões do mundo. Mesmo com o aumento da utilização deste tipo de energia nos EUA e na UE, ainda há uma grande diferença em relação ao Mercosul – o bloco sul-americano utiliza 2,5 vezes mais energias renováveis que a UE.

Além disso, a participação da energia renovável no Mercosul é 2,4 vezes maior do que a média mundial e 3,5 vezes maior do que os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No Brasil, as energias renováveis representaram 46,1% da matriz energética do país em 2019. Na UE, por outro lado, esse valor foi de 19,5% no mesmo ano. Esse resultado se deve às políticas históricas implementadas no Brasil.

Na década de 1970 foi criado o Pró Álcool e posteriormente, em 2017, foi aprovado no país o RenovaBio, programa do governo federal, que expandiu a produção de biocombustíveis no

Gráfico 4. Percentual de energia renovável na matriz energética



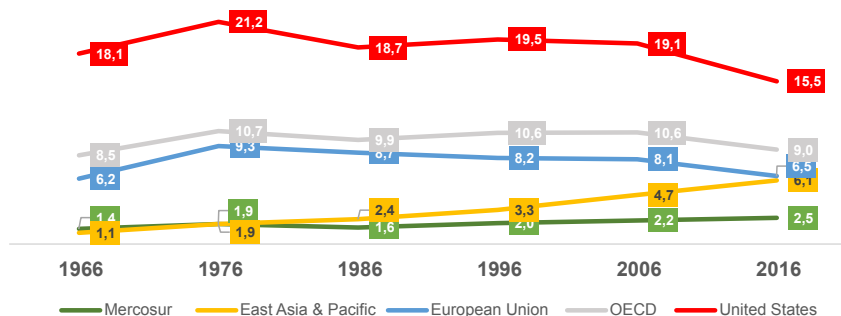
Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Brasil, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e compatível com o crescimento do mercado. O RenovaBio, em particular, é uma política que pode ser comparada ao regulamento europeu de energia renovável e aos critérios de sustentabilidade e a outros programas em todo o mundo.

É destaque a baixa emissão de CO₂ pelos países do Mercosul. O bloco tem as menores emissões de CO₂. O bloco europeu emite 2,6 vezes mais CO₂ do que os países do Mercosul. Vale ressaltar que as emissões de CO₂ da Ásia têm aumentado nos últimos anos. A região abrange países com os quais a UE possui acordos de livre comércio, como Coreia do Sul, Vietnã e Cingapura.



O Mercosul tem o maior consumo de energia renovável nos últimos anos em comparação com outras regiões do mundo. (...) O bloco sul-americano utiliza 2,5 vezes mais energias renováveis que a UE.

Gráfico 5. Emissão de CO₂ (toneladas métricas per capita)

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

A adoção de tecnologias agrícolas de baixo carbono atingiu 64 milhões de hectares, sendo fundamental para melhorar a produtividade e reduzir as emissões. A adoção de novas tecnologias e inovações, tanto no campo, como na indústria, vem cada vez mais contribuindo para o crescimento sustentável do Brasil.

A importância e a urgência do acordo Mercosul-EU

O acordo entre o Mercosul e a UE trará ganhos econômicos para os países dos dois blocos, principalmente com a eliminação gradual de tarifas de importação e ampliação de cotas de importação para produtos importantes.

A maior parcela das importações brasileiras da UE (54,8%) é concentrada nas cestas mais altas, entre 10 e 15 anos, dando previsibilidade e tempo para adaptação ao setor privado. Além da redução de tarifas no Brasil, parcela de 15,2% das importações do Brasil da UE terão suas tarifas eliminadas imediatamente na entrada em vigor do acordo.

Por outro lado, a oferta do bloco europeu para o Mercosul concentra-se na desgravação imediata (54,3%), principalmente para produtos industriais. Por outro lado, produtos de interesse exportador do Mercosul e do Brasil, como carnes e açúcar, não terão acesso total ao mercado europeu e serão

limitados por cotas de importação. Esses produtos representam 6,4% das importações europeias do Brasil.

O acordo também traz regras importantes que trarão diversos benefícios aos países envolvidos, além de impulsionar a melhoria do ambiente de negócios. Um exemplo é o capítulo de desenvolvimento sustentável, um dos principais pilares que tornam a implementação do acordo ainda mais urgente.

De um lado, o acordo impulsionará o crescimento econômico, o comércio e os investimentos nesse momento importante combate à pandemia da

covid-19 e da crise econômica. De outro, o acordo é também um aliado ao desenvolvimento sustentável, referência e uma importante mensagem ao sistema multilateral de comércio da importância do tema para o desenvolvimento econômico.

O acordo não deve ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento sustentável, mas sim como um aliado. Além de reforçar a implementação de regras internacionais no tema, o acordo também incentiva a cooperação que será benéfica tanto para os países do Mercosul como da UE para avançarem cada vez mais, em conjunto, em prol da sustentabilidade. ★



Educação e Produtividade no Brasil e na Região Ibero-Americana

> *Por Raphael Callou, diretor e chefe da Representação da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) no Brasil*

O Brasil possui uma das maiores economias globais, mas ainda enfrenta desafios complexos no âmbito da educação. De acordo com o Censo Escolar (2017), o Brasil tem 57 milhões de estudantes, ou seja, um total de alunos equivalente à população da França ou à soma das populações da Argentina, do Chile e do Uruguai. Adicionalmente, não conta com mecanismos efetivos de coordenação de políticas públicas na educação, gerando uma grande complexidade na superação dos desafios postos na área, tendo em vista as diversas etapas formativas e suas respectivas atribuições entre os 5.570 municípios no país e os 27 estados brasileiros.

A educação básica brasileira passou por importantes transformações nos últimos 20 anos. Nesse período, o país conseguiu promover a inclusão da grande maioria de crianças e jovens na educação básica: universalizou-se o ensino fundamental para crianças de 6 a 14 anos; cerca de 91% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na pré-escola; e 83% dos estudantes de 15 a 17 anos frequentam a escola. Apesar do fantástico processo de inclusão ocorrido nos anos recentes, estamos longe de qualquer comemoração. Somente 60% dos jovens cursam o ensino médio na idade certa; de cada 100 estudantes que ingressam no 1º ano, apenas 76 concluem os anos finais do ensino fundamental e 59 concluem o ensino médio; cerca de 20% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam o nível superior, o que é pouquíssimo segundo qualquer critério



rio internacional; e temos 1,7 milhão de jovens de 15 a 18 anos que não estudam nem trabalham.

A trajetória escolar do Brasil é absolutamente incompatível com um país que se encontra entre as 10 maiores economias do mundo, mas bastante compatível com o grau de desigualdade social e econômica que persiste, em grande medida, responsável pelos baixíssimos índices de produtividade e pela elevada concentração da renda. Em um mundo cada vez mais sofisticado e exigente em termos de qualificação profissional, os dados revelam que grande parte da nova geração terá enorme dificuldade de encontrar

qualquer ocupação adequada e enfrentar os desafios tecnológicos do nosso século.

Esse quadro explica, por exemplo, a baixa proporção de egressos do ensino médio que ingressa nas universidades, os elevados índices de evasão no ensino médio e no ensino superior, a falta de preparo dos jovens para se inserir no mundo do trabalho e os elevados índices de desemprego, especialmente entre a população de 18 a 29 anos.

O esforço educacional sem o correspondente ganho de produtividade cria uma armadilha para o país, com o rápido esgotamento da capacidade

O reduzido diálogo entre educação e os projetos individuais dos jovens limitam a capacidade de uma inclusão social mais ampla, baseada na identidade social conferida pelo sistema educacional.



de financiamento do próprio sistema educacional. O reduzido diálogo entre educação e os projetos individuais dos jovens limitam a capacidade de uma inclusão social mais ampla, baseada na identidade social conferida pelo sistema educacional. O Brasil precisa estabelecer novas políticas públicas educacionais para enfrentar o desafio de preparar jovens e adultos para um mundo do trabalho em profunda mutação tecnológica e organizacional. Para promover a competitividade,

a qualificação dos brasileiros deve acompanhar os avanços e a sofisticação dos processos produtivos. A educação precisa ser eleita como agenda estratégica do país.

É preciso que autoridades públicas, educadores, pais e estudantes trabalhem juntos, desde já e nos próximos anos, para valorizar a formação técnica e profissional, criando oportunidades de inserção dos nossos jovens e adultos no mundo do trabalho. Esse deve ser um de nossos principais objetivos. Ganhará não apenas a geração que vai ingressar na educação profissional nos próximos anos, mas o país, que terá cidadãos e trabalhadores mais qualificados.

Um dos desafios do Brasil é oferecer a todos os brasileiros uma escola que dialogue com o universo profissional. Com o “Novo Ensino Médio”, instituído a partir da Medida Provisória n.º 746/2016, o Brasil iniciou um processo para alinhar o sistema de educação brasileiro às melhores experiências internacionais, ao flexibilizar e diversificar o currículo regular. Outra modernização importante foi a possibilidade de o jovem optar pela formação técnica e profissional dentro do ensino médio regular.

Desde 2008, a maioria dos países com renda média elevada passou a investir em educação profissional como uma das maneiras de responder aos abalos do mundo do trabalho. Em 2005, 30% dos jovens de 15 a 17 anos na Finlândia, por exemplo, faziam educação profissional junto com o ensino médio regular. Após forte investimento governamental, em 2015, eram mais de 70%. Na Alemanha, metade do aprendizado dos jovens é feito em parceria com as empresas e dentro do ambiente laboral. No Brasil, apenas 11,1% dos alunos do ensino médio estão cursando educação profissional.

Estamos diante da oportunidade de construir uma educação aplicada, significativa e que coloque o estudante como protagonista do seu futuro, ao permitir que ele escolha o itinerário formativo que mais atenda às suas vocações. O país precisa avançar na educação profissional como agenda estratégica de nação. Pesquisas da PUC do Rio demonstram que, entre dois indivíduos com a mesma escolaridade, aquele que tem um ano de educação profissional terá 18% a mais de renda. Além disso, várias carreiras técnicas competem muito bem com formações de nível superior em termos salariais.



Vale ressaltar que as habilidades para o mundo do trabalho no futuro, ou as chamadas “competências para o século XXI”, envolvem um rol amplo de competências que devem ser estruturadas e trabalhadas em sala de aula, desde a educação fundamental até o ensino superior. É um indicativo marcante o fato de que boa parte dos jovens em idade escolar no mundo conviverão com profissões no futuro que, hoje, ainda não conhecemos. E, naturalmente, a capacidade dos sistemas educativos de refletirem as demandas e habilidades do mundo do trabalho no futuro, prepararão as futuras gerações para lidar com desafios cada vez mais complexos.

Preocupada com o cenário da educação e da produtividade na Ibero-america, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) criou o Instituto Ibero-Americano de Educação e Produtividade (IIEyP), em maio de 2019. A intenção com a criação do Instituto decorre da estreita correlação entre educação e desenvolvimento socioeconômico, elementos que contribuem para elevar os indicadores de bem-estar social no país e na região.

Comunicabilidade e adaptabilidade, entre tantas outras competências, podem e devem estar articuladas em currículos educacionais que ofereçam as condições para compreensão de problemas complexos. Nesse contexto, consideramos necessário reiterar a importância da educação e sua estreita relação com a melhoria da produtividade e da qualidade de vida no presente e no futuro.

A OEI coopera para auxiliar na produtividade da região por meio do II-EyP, procurando criar ambientes de interlocução entre as instituições do sistema produtivo e as entidades educacionais, esperando que a consequência de uma comunicação mais fluída entre esses agentes possa gerar resultados objetivos em benefício da formação para o mundo do trabalho, além de trazer mais oportunidades de emprego qualificado para os nossos jovens, a partir da clareza de que a educação é a principal ferramenta para a superação da pobreza.

A educação, além de ser um direito fundamental inerente à condição humana, é um dever Constitucional no Brasil, que garante o efetivo exercício da cidadania, cumprindo um papel moral na formação de uma sociedade ativa e, ao

mesmo tempo, fortalecendo os conhecimentos necessários para habilitar os futuros profissionais brasileiros diante dos desafios contemporâneos.

O II-EyP desenvolve suas atividades em estreita coordenação com todos os 19 escritórios nacionais da OEI, buscando fortalecer o conhecimento e a inovação, bem como incrementar o crescimento das economias com a promoção do desenvolvimento empresarial e da confiança global na região. Portanto, procuramos melhorar a competitividade e a produtividade no espaço Ibero-americano por meio de diferentes ações na educação e na ciência, percebendo na iniciativa privada um eixo vasto de oportunidade para auxiliar no desenvolvimento desse processo.

Por meio desse breve artigo, procuramos lançar a atenção sobre o tema da educação, no âmbito da produtividade do Brasil e da região, também como forma de procurar engajar os setores produtivos, responsáveis pelas oportunidades de emprego. Com uma articulação entre as demandas e habilidades profissionais e socioemocionais, a partir da percepção dos setores que mais empregam no país, compreendemos que é possível sensibilizar os



***(...) consideramos
necessário reiterar
a importância da
educação e sua estreita
relação com a melhoria
da produtividade e da
qualidade de vida no
presente e no futuro.***

sistemas de ensino para que reflitam sobre os perfis de formação dos jovens para inserção no mundo do trabalho com foco na empregabilidade.

Para alcançar êxito nessa proposta, a OEI tem convidado instituições diversas para contribuir na elaboração de um plano de trabalho que vise a fortalecer as relações entre as habilidades profissionais do mundo do trabalho e os conteúdos e métodos formativos implementados na educação profissional e superior – sem esquecer que, para tanto, uma educação básica de qualidade é essencial.



A educação tem impactos expressivos sobre a produtividade, a competitividade, os níveis salariais e o bem-estar da população, relacionando-se também, de maneira mais imediata, às possibilidades de inclusão socioproductiva. No Brasil, uma parcela muito representativa da população não consegue cumprir todas as etapas do ciclo de educação básica e um contingente não desprezível de pessoas sequer avança nas suas etapas iniciais. Essa situação tem implicações sociais perversas, devendo ser considerada em programas e políticas públicas de educação.

Contudo, é preciso ter em mente que não basta capacitar tecnicamente para o trabalho. Para além disso, a escola deve preparar para a própria vida

e desenvolver as habilidades para lidar com questões de forma crítica, sistêmica e criativa, incluindo a adoção de uma abordagem de multiperspectivas, que reconheça as diferentes dimensões, panoramas e ângulos dentro da resolução dos problemas do dia a dia.

E ao fazer isso, a escola deve se articular com o projeto de vida dos estudantes, para que enxerguem a educação enquanto propósito e não como uma estrutura burocrática. A primeira condição para propiciar isso é que a educação seja apresentada enquanto relação humana dialógica, que garanta a condição de duplo protagonismo, tanto do professor quanto do aluno.

A OEI, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), celebrou Termo de Parceria

e Cooperação Técnica para o envio de ações de apoio à implementação do Novo Ensino Médio. Essa parceria tem se desenvolvido e está presente em todas as unidades da federação, procurando contribuir com o funcionamento do ensino, a diversificação dos currículos e a efetividade do Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no país.

A partir de um trabalho fundamentado em evidências, temos procurado subsidiar as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal na elaboração de currículos coerentes e consistentes, procurando viabilizar instrumentos de diversificações dos itinerários formativos, alinhados, também, com as condições de formação técnica e profissionalizante dentro de ensino regular nos estados brasileiros.

O Brasil precisa procurar instrumentos que vinculem seus recursos educativos a melhores indicadores de qualidade. No âmbito dos países da OCDE, por exemplo, o Brasil investe uma fatia significativa de seu PIB (5,1%) na educação, atrás apenas da Costa Rica na região ibero-americana, mas ainda enfrenta dificuldades para traduzir esse investimento em qualidade especialmente na educação básica, em que

as médias dos nossos estudantes em avaliações patronizadas amargam resultados bastante insatisfatórios.

Para enfrentar esses desafios, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) não mede esforços para direcionar a inclusão de habilidades consoantes com o ambiente de trabalho, que devem ocorrer em todas as etapas da educação, incluindo a formação profissional como oportunidade.

A partir dos debates do II EYP, existem diversos enfoques sobre como atuar na educação para melhorar a produtividade e vários estudos priorizam diferentes etapas da vida educacional e profissional – mas a articulação de esforços entre instituições públicas e privadas, assim como a coordenação entre demandas do setor produtivo e educativo parecem constituir um elemento fundamental.

A OEI no Brasil busca equalizar, por meio de estudos e parcerias, a melhor forma de orientar o ensino brasileiro para que futuramente seja possível colher bons frutos a partir da melhoria da educação e da produtividade, procurando somar esforços nessa jornada. Convidamos a todos para que participem dessa iniciativa. ★

A União Europeia e seus estados membros: Fact Sheets

- **População:** 447 milhões de habitantes (2020)
- **PIB:** EUR 13.297.246,5 milhões (estimativa 2020)
- **PIB por habitante:** EUR 29.640 (estimativa 2020)
- **Área total:** 4,2 milhões de km²
- **Maiores cidades:** Paris (9,8 milhões), Berlim (3,6 milhões), Madrid (3,2 milhões) e Roma (2,9 milhões)
- **IDH:** 0,883
- **Moeda:** Euro, adotado por 19 estados membros
- **Língua oficial:** 24 línguas oficiais
- **Formação:** O Tratado de Roma, assinado em 25 de março de 1957, constituiu a Comunidade Econômica Europeia. A União Europeia foi formalmente criada com o Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1 de novembro de 1993
- **Estados Membros:** Os 27 estados membros são Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia
- **Estados Candidatos:** Albânia, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia e Turquia

CONTATOS

Delegação da União Europeia no Brasil

SHIS QI 07 - Bloco A - Lago Sul | 71615-205 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 2104-3122

E-mail: delegation-brazil@eeas.europa.eu

Internet: http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/index_en.htm

Chefe da Delegação no Brasil: Embaixador Ignacio Ybáñez



ALEMANHA

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** República Parlamentar Federal
- **Capital:** Berlim
- **Superfície total:** 356.854 km²
- **População:** 83,1 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 3.436.000,0 milhões

CONTATOS

Embaixada da República Federal da Alemanha

SES - Avenida das Nações, Qd. 807, Lote 25 | 70415-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3442-7000 / (+55 61) 3442-7036

E-mail: info@brasilia.diplo.de

Internet: www.brasil.diplo.de

Embaixador: Heiko Thoms

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo

Rua Verbo Divino, 1488 - 3º andar | 04719-904 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 5187-5100 / (+55 11) 5181-7013

E-mail: secgeral@ahkbrasil.com

Internet: www.ahkbrasil.com

Presidente: Manfredo Rübens

Vice-Presidente Executivo: Thomas Timm

Ano de fundação: 1916



ÁUSTRIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1995
- **Sistema político:** República Parlamentar Federal
- **Capital:** Viena
- **Superfície total:** 83.879 km²
- **População:** 8,9 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2019):** EUR 397.575,3 milhões

CONTATOS

Embaixada da Áustria

SES - Avenida das Nações, Qd. 811, Lote 40 | 70426-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-3111 / (+55 61) 3443-5233

E-mail: brasilia-ob@bmeia.gv.at

Internet: www.bmeia.gv.at/br/embaixada-da-austria-em-brasilia

Embaixadora: Irene Giner-Reichl

Consulado Geral da Áustria – Departamento Comercial

Av. Doutor Cardoso de Melo, 1340/71 - Vila Olímpia | 04548-004 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3044-9944 / (+55 11) 3842-7500

E-mail: saopaulo@advantageaustria.org / consuladosp@austria.org.br

Internet: www.advantageaustria.org/br

Cônsul Comercial da Áustria: Klaus Hofstadler

Vice-Cônsul Comercial da Áustria: Mag. Stefan Nemetz



BÉLGICA

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** Monarquia Parlamentar Constitucional
- **Capital:** Bruxelas
- **Superfície total:** 30.528 km²
- **População:** 11.467 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 532.268 milhões

CONTATOS

Embaixada da Bélgica

SES 809 – lote 32 – Av. das Nações | 70422-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-1133 / (+55 61) 3443-1219

E-mail: brasilia@diplobel.fed.be

Internet: www.brazil.diplomatie.belgium.be/pt-br

Embaixador: Patrick Herman

Câmara de Comércio e Indústria Belgo-Luxemburguesa-Brasileira

Avenida Paulista, 2.073 - Horsa 1 - Conj. 1112 | 01311-940 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3284-9557 / (+55 19) 99280-9320

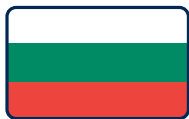
E-mail: belgalux@belgalux.com.br

Internet: www.belgalux.com

Diretor Presidente: Tom Maes

Diretor Vice-Presidente: Luis Carlos Szymonowicz

Ano de fundação: 1938



BULGÁRIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2007
- **Sistema político:** República Parlamentar
- **Capital:** Sófia
- **Superfície total:** 111.000 km²
- **População:** 7,2 milhões de habitantes
- **Moeda:** Lev
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 55.182,2 milhões

CONTATOS

Embaixada da Bulgária

SEN - Avenida das Nações, Qd. 801, Lote 08 | 70800- 911 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3223-6193

E-mail: embassy.brasilia@mfa.bg

Internet: www.mfa.bg

Encarregada de negócios: Magdalena Ilieva

Consulado Honorário da República da Bulgária no Brasil

Rua Rovigo, 791 - Bandeirantes | 31340-500 Belo Horizonte - MG

Tel.: (+55 31) 99143-7870 / (+55 31) 3656-2697 / (+55 31) 3426-2477

E-mail: renatorusseff2000@yahoo.com.br

Cônsul Honorário: Renato Russeff Prado

Cônsul Honorário: Mr. Renato Gonçalves Ilieff,

Rodovia Armando Calil Bulos, 6567 - Unidade 203 - D

Condomínio Águas Verdes - Bairro Ingleses - Florianópolis - SC

Tel.: + 55 48- 98484-2222

E-mail: renato@escolauniverso.com.br renatoieff@gmail.com

Cônsul Honorário: Mr. Durvalino Andreotti

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2314 - casa 2 - Imbiribeira - Recife - PE

Tel.: +55 81 99994 5885; +55 (81) 98784 4203 whatsapp

E-mail: andreotti41@yahoo.com.br



CHIPRE

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República Presidencialista
- **Capital:** Nicósia
- **Superfície total:** 9.300 km²
- **População:** 888 mil habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2019):** EUR 22.286,9 milhões

CONTATOS

Embaixada da República de Chipre

SHIS QI 9, Conj. 20, Casa 2 - Lago Sul | 71625-200 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3541-6892

E-mail: brasiliaembassy@mfa.gov.cy

Embaixador: Evagoras Vryonides

Consulado Honorário da República de Chipre em São Paulo

Avenida Paulista, 1499 - Conj. 1206 | 01311-200 São Paulo – SP

Tel.: (+55 11) 97657-4861

E-mail: cesar.aguiar@chipre.org.br

Cônsul Honorário: César Augusto de Aguiar

Consulado Honorário da República de Chipre em Recife

Rua Libia de Castro Assis No 59 - Boa Viagem | 51030-410 Recife - PE

Tel.: (+55 81) 3484-0190 / 99971-9866

E-mail: cyprusconsulaterecife@yahoo.com.br

Cônsul Honorário: Christos Aravanis



CROÁCIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2013
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Zagreb
- **Superfície total:** 56.594 km²
- **População:** 4,089 milhões de habitantes
- **Moeda:** Kuna Croata (HRK)
- **PIB (estimativa 2019):** EUR 54,270 milhões

CONTATOS

Embaixada da República da Croácia em Brasília

SHIS QI 9, Conjunto 11, Casa 3 - Lago Sul | 71625-110 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3248-0610

E-mail: croemb.brasilia@mvep.hr

Embaixador: Ranko Vilović



DINAMARCA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1973
- **Sistema político:** Monarquia Constitucional
- **Capital:** Copenhague
- **Superfície total:** 42.900 km²
- **População:** 5,7 milhões de habitantes
- **Moeda:** Coroa Dinamarquesa
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 297.633,6 milhões

CONTATOS

Embaixada da Dinamarca

SES - Avenida das Nações, Qd. 807, Lote 26 | 70200-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3878-4500 / (+55 61) 3878-4509

E-mail: bsbamb@um.dk

Internet: www.ambbrasil.ia.um.dk/br

Embaixador: Nicolaj Prytz

Câmara de Comércio Dinamarquês-Brasileira

Rua Moraes de Barros, 1009 - Campo Belo | 04614-001 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3758-2101

E-mail: camara@danchamb.com.br

Internet: www.danchamb.com.br

Presidente: Jens Olesen



ESLOVÁQUIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Bratislava
- **Superfície total:** 49.035 km²
- **População:** 5.450,000 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 90.201,8 milhões

CONTATOS

Embaixada da República Eslovaca

SES - Avenida das Nações, Qd. 805, Lote 21B | 70200-902 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-1263 / (+55 61) 3443-1267

E-mail: emb.brasilia@mzv.sk

Internet: www.mzv.sk/brazilia

Embaixador: Milan Zachar



ESLOVÊNIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República parlamentarista
- **Capital:** Liubliana
- **Superfície total:** 20.273 km²
- **População:** 2.095.861 habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2019):** EUR 48.007 milhões

CONTATOS

Embaixada da República da Eslovênia

SHIS QL 8, Conj. 8, Casa 7 - Lago Sul | 71620-285 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3365-1445 / (+55 61) 3365-1440

E-mail: vbi@gov.si

Internet: www.brasilia.embassy.si

Embaixador: Gorazd Renčelj

Câmara de Comércio Eslovênia-Brasil SLOBRAZ

R. Dr. Gentil Leite Martins, 1.128 - Vila Nova Caledônia | 04648-002 São Paulo – SP

Tel.: (+55 11) 97964-0199

E-mail: info@slobraz.com

Internet: www.slobraz.com.br

Presidente: Matjaž Cokan

Vice-Presidente: Tatjana Močenik

Ano de Fundação: 1992



ESPANHA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1986
- **Sistema político:** Monarquia Constitucional
- **Capital:** Madri
- **Superfície total:** 504.782 km²
- **População:** 47.351.567 habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2020):** EUR 1.119.979 milhões

CONTATOS

Embaixada da Espanha

SES - Avenida das Nações, Qd. 811, Lote 44 | 70429-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3701-1600 / (+55 61) 3701-1626 / (+55 61) 3242-1781

E-mail: emb.Brasilia@maec.es

Internet: www.exteriores.gob.es

Embaixador: Fernando García Casas

Câmara Oficial Española de Comercio en Brasil

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1681 - 14º andar | 04571-011 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 5508-5959

E-mail: camaraespanhola@camaraespanhola.org.br

Internet: www.camaraespanhola.org.br

Presidente: Marcos Madureira

Diretor Executivo: Alejandro Gomez

Ano de fundação: 1955



ESTÔNIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Tallinn
- **Superfície total:** 45.000 km²
- **População:** 1,3 milhão de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 25.656,9 milhões

CONTATOS

Consulado Geral Honorário da Estônia em São Paulo

Avenida 15 de Novembro, 314 - Itapecerica da Serra | 06850-100 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 4667-1529 / (+55 11) 4667-1530 / (+55 11) 4667-1543

E-mail: injk@terra.com.br

Cônsul Geral Honorário: Jüri Saukas

Consulado Honorário da Estônia no Rio de Janeiro

Rua General Rabelo 43 | 22451-010 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (+55 21) 3295-8952

E-mail: oskar@osklen.com

Cônsul Honorário: Oskar Metsavaht



FINLÂNDIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1995
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Helsínquia
- **Superfície total:** 338.000 km²
- **População:** 5,5 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2018):** EUR 233.555,0 milhões

CONTATOS

Embaixada da Finlândia

SES - Avenida das Nações, Qd. 807, Lote 27 | 70417-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-7151 / (+55 61) 3443-3315

E-mail: sanomat.bra@formin.fi

Internet: <https://finlandabroad.fi/brasil>

Embaixador: Jouko Leinonen

Câmara de Comercio e Industria Brasil Finlândia

Alameda Campinas, 463/15º. Jardim Paulista | 01404-902 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3253-2617

Email: contact@finncham.org.br

Internet: www.finncham.org.br

Presidente: Sérgio Chamone

Vice-Presidente em São Paulo: Fernando Hussni

Vice-Presidente em Rio de Janeiro: Daniel Da Silva

Ano de fundação: 2012



FRANÇA

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Paris
- **Superfície total:** 550.000 km²
- **População:** 67 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2019):** EUR 2.419 bilhões de euros

CONTATOS

Embaixada da França

SES - Avenida das Nações, Qd. 801, Lote 04 | 70404-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3222-3999

E-mail: france@ambafrance-br.org

Internet: www.br.ambafrance.org

Embaixadora: Brigitte Collet

Câmara de Comércio França-Brasil Regional São Paulo

Alameda Itu, 852 - 19º andar | 01421-001 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3060-2290

E-mail: diretoriasp@ccfb.com.br

Internet: www.ccfb.com.br

Presidente: Pedro Antonio Gouvêa Vieira Almeida e Silva

Diretora Executiva: Paula Frerejean

Ano de fundação: 1900



GRÉCIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1981
- **Sistema político:** Democracia Parlamentar Presidencial
- **Capital:** Atenas
- **Superfície total:** 131.957 km²
- **População:** 10.718.565 habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2020):** EUR 168 bilhões

CONTATOS

Embaixada da Grécia

SES - Avenida das Nações, Qd. 805 | 70450-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-6573 / (+55 61) 3443-6902

E-mail: gremb.bra@mfa.gr

Internet: www.mfa.gr

Embaixador: Ioannis Pediotis

Consulado Geral da Grécia em São Paulo

Av. Paulista, 2073 - 23º andar - Horsa II - Conj. 2303 | 01311-940 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3283-1231 / (+55 11) 3262-1096

E-mail: grgencon.spa@mfa.gr / ecocom-spa@mfa.gr

Internet: www.mfa.gr/saopaulo

Cônsul Geral: Stylianos Hourmouziades

Conselheiro de Assuntos Econômicos & Comerciais: Marios Mathioudakis



HUNGRIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República Parlamentar
- **Capital:** Budapeste
- **Superfície total:** 93.000 km²
- **População:** 9,77 milhões de habitantes (2020)
- **Moeda:** Florim
- **PIB (2019):** EUR 146,039 bilhões

CONTATOS

Embaixada da Hungria em Brasília

SES - Avenida das Nações, Qd. 805, Lote 19 | 70413-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-0836 / 3443-0854

E-mail: mission.brz@mfa.gov.hu

Internet: <https://braziliavaros.mfa.gov.hu/>

Embaixador: Zoltán Szentgyörgyi

Consulado-Geral da Hungria em São Paulo

Av. Magalhães de Castro, 4800 - Condomínio Cidade Jardim Corporate Center,

Edifício Park Tower, 21º Andar, Conjunto 212 - Butantã | 05676-120 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 4280-4690 / (+55 11) 3199-0306

E-mail: mission.sao@mfa.gov.hu

Internet: <https://saopaulo.mfa.gov.hu/>

Cônsul-Geral: Szilárd Teleki



IRLANDA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1973
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Dublin
- **Superfície total:** 70.000 km²
- **População:** 4,8 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2018):** EUR 318.459,6 milhões

CONTATOS

Embaixada da Irlanda

SHIS QL 12, Conj. 5, Casa 9 - Lago Sul | 71630-255 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3248-8800 / (+55 61) 3248-8816

E-mail: embaixadabrasilia@dfa.ie

Internet: www.dfa.ie/irish-embassy/brazil

Embaixador: Seán Hoy

Consulado Geral da Irlanda em São Paulo

Al. Santos, 787 - 6º andar - Conj. 61 - Cerqueira Cesar | 01419-001 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3149-7600

E-mail: saopaulocg@dfa.ie

Internet: www.dfa.ie/sao-paulo

Cônsul Geral: Eoin Bennis



ITÁLIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Roma
- **Superfície total:** 301.263 km²
- **População:** 60,6 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 1.753.949 milhões

CONTATOS

Embaixada da Itália

SES - Avenida das Nações, Qd. 807, Lote 30 | 70420-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3442-9900 / (+55 61) 3443-1231

E-mail: ambasciata.brasilia@esteri.it

Internet: www.ambbrasilia.esteri.it

Embaixador: Francesco Azzarello

Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Agricultura

Avenida Angélica, 2503 - Conj. 72 - Consolação | 01227-200 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 4564-4702

E-mail: italcam@italcam.com.br / segretariogenerale@italcam.com.br

Internet: www.italcam.com.br

Presidente: Graziano Messana

Vice-Presidentes: Mário Batista e Rosário Zaccaria

Ano de fundação: 1902



LETÔNIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Riga
- **Superfície total:** 65.000 km²
- **População:** 1,93 milhão de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2018):** EUR 29.523,7 milhões

CONTATOS

Consulado Honorário da República da Letônia em Brasília

SHIS QI 13, Conj. 11, Nº 20 - Lago Sul | 71365-110 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3248-2419

E-mail: patricia@vianaturismo.com.br

Cônsul Honorária: Patrícia Viana

Consulado Honorário da República da Letônia em São Paulo

Rua das Begônias, 91 - Cond. Jd. Primavera | 13380-602 Nova Odessa - SP

Tel.: (+55 19) 3466-7647



LITUÂNIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Vilnius
- **Superfície total:** 65.300 km²
- **População:** 2,8 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2020):** EUR 48 bilhões

CONTATOS

Consulado Geral da República da Lituânia em São Paulo

Avenida Iraí, 438 - Conj. 34 - 3º andar - Indianópolis | 04082-001 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 2614-8665

E-mail: kons.br@mfa.lt / atendimento@mfa.lt

Internet: www.br.mfa.lt

Cônsul Geral: Vytautas Umbrasas



LUXEMBURGO

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** Monarquia Parlamentar Constitucional sob Regime Democrático
- **Capital:** Luxemburgo
- **Superfície total:** 2.586 km²
- **População:** 613.894 habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2018):** EUR 58.869,2 milhões

CONTATOS

Grão-Ducado de Luxemburgo Embaixada no Brasil

SHIS QL 12, Conj. 5, nº 18 - Lago Sul | 71630-255 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3551-7741

E-mail: brasilia.amb@mae.etat.lu

Internet: brasilia.mae.lu

Embaixador: Carlo Krieger

Adido Econômico e Comercial

Felipe Diniz

Tel.: (+55 61) 3551-7741

E-mail: felipe.diniz@mae.etat.lu

Internet: brasilia.mae.lu



MALTA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República Parlamentarista
- **Capital:** La Valletta
- **Superfície total:** 316 km²
- **População:** 475 mil habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2018):** EUR 12.319,8 milhões

CONTATOS

Consulado Geral da República de Malta em São Paulo

Rua Xavier de Almeida, 227 | 04211-000 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3554-2736 / (+55 11) 94104-7700

E-mail: maltaconsul.saopaulo@gov.mt

Cônsul Geral: Fiorella Baggio Biasoli



PAÍSES BAIXOS

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** Monarquia Constitucional / Democracia Parlamentar
- **Capital:** Amsterdã
- **Superfície total:** 41.526 km²
- **População:** 17,4 milhões de habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (2018):** EUR 773.373,0 milhões

CONTATOS

Embaixada do Reino dos Países Baixos

SES - Avenida das Nações, Qd. 801, Lote 05 | 70405-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3961-3200 / (+55 61) 3961-3234

E-mail: bra@minbuza.nl

Internet: www.holandaevoce.nl/o-seu-pais-e-os-paises-baixos/brasil

Embaixador: Kees van Rij

Câmara de Comércio Holando-Brasileira (Dutcham)

Av. Brig. Faria Lima, 1779 – 2º andar – Jd. Paulistano | 01452-914 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 94250-2424

E-mail: info@dutcham.com.br

Internet: www.dutcham.com.br

Presidente: Daniel Geiger Rocha Campos

Diretora Executiva: Peggy De Rop

Ano de fundação: 1952



POLÔNIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Varsóvia
- **Superfície total:** 312.679 km²
- **População:** 37,9 milhões de habitantes
- **Moeda:** Zloty
- **PIB (2018):** EUR 496.630,5 milhões

CONTATOS

Embaixada da República da Polônia

SES - Avenida das Nações, Qd. 809, Lote 33 | 70423-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3212-8000 / (+55 61) 3242-8543

E-mail: brasil.embaixada@msz.gov.pl

Internet: www.brasilia.msz.gov.pl/pt/root

Embaixador: Jakub Skiba

Câmara de Comércio e Indústria Brasil - Polônia

Rua 1136, 223 - Setor Marista | 74180-150 Goiânia - GO

Tel.: (+55 62) 3434-5798 / (+55 62) 98214-3993

E-mail: ccbrapol@ccbrapol.com.br

Internet: www.ccbrapol.com.br

Presidente: Marcelo Lelis

Diretora: Stéphanie Queiroz

Câmara de Comércio e Indústria Brasil Polônia - Santa Catarina

Rua José Rueckl 347, Serra Alta | 89291-690 São Bento do Sul - SC

Tel.: (47) 999497744

E-mail: camarabrasilpoloniasc@gmail.com

Tel.: (47) 999497744

Diretor: Marco Aurélio Wiliczinski



PORTUGAL

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1986
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Lisboa
- **Superfície total:** 92.072 km²
- **População:** 10.165.513 habitantes
- **Moeda:** Euro
- **PIB (estimativa 2018):** EEUR 20.740 bilhões

CONTATOS

Embaixada de Portugal

SES - Avenida das Nações, Qd. 801, Lote 02 | 70402-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3032-9600 / (+55 61) 3032-9642

E-mail: embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br

Internet: www.embaixadadeportugal.org.br

Embaixador: Luis Faro Ramos

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil

Rua Cincinato Braga, 434 | 01333-010 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 4508-5223

E-mail: geral@camaraportuguesa.com.br

Internet: www.camaraportuguesa.com.br

Presidente: Nuno Motta Veiga Rebelo de Sousa

Diretora Executiva: Joanna Castelo Branco

Ano de fundação: 1912



REPÚBLICA TCHECA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2004
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Praga
- **Superfície total:** 78.866 km²
- **População:** 10,5 milhões de habitantes
- **Moeda:** Coroa Tcheca
- **PIB (2018):** EUR 206.822,9 milhões

CONTATOS

Embaixada da República Tcheca

SES - Avenida das Nações, Qd. 805, Lote 21 A | 70200-901 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3443-1263 / (+55 61) 3242-7833

E-mail: brasilia@embassy.mzv.cz

Internet: www.mzv.cz/brasilia

Embaixadora: Sandra Lang Linkensederová

Agência de Promoção Comercial Tcheca

Rua Tabapuã, 100, Itaim Bibi | 04533-000 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3798-7227

E-mail: miroslav.mandak@czechtrade.cz

Internet: www.czechtradeoffices.com/pt/br

Diretor: Miroslav Mandřák



ROMÊNIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 2007
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Bucareste
- **Superfície total:** 237.500 km²
- **População:** 19,6 milhões de habitantes
- **Moeda:** Leu
- **PIB (2018):** EUR 202.883,6 milhões

CONTATOS

Embaixada da Romênia

SEN 6 – Asa Norte, Av. das Nações, Quadra 801, Lote 06 | 70.800-917 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3226-0746 / (+55 61) 3226-6629

E-mail: brasil@mae.ro

Internet: www.mae.ro

Embaixador: Ștefan Mera

Câmara de Comércio Brasil-Romênia

Avenida 7 de Setembro – 4881, 19º andar, Conjunto 111 | 80240-000 Curitiba - PR

Tel.: (+55 41) 3244-3899 / (+55 41) 3242-4688

E-mail: orcival@camarabrasilromenia.com.br

Internet: camarabrasilromenia.com.br

Presidente: Orcival Henning



SUÉCIA

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1995
- **Sistema político:** Monarquia Constitucional
- **Capital:** Estocolmo
- **Superfície total:** 449.964 km²
- **População:** 9,986 milhões de habitantes
- **Moeda:** Coroa Sueca
- **PIB (estimativa 2018):** EUR 536.000 milhões

CONTATOS

Embaixada da Suécia

SES - Avenida das Nações, Qd. 807, Lote 29 | 70419-900 Brasília - DF

Tel.: (+55 61) 3442-5200

E-mail: ambassaden.brasilia@gov.se

Internet: www.swedenabroad.com

Embaixadora: Johanna Brismar-Skoog

Câmara de Comércio Sueco-Brasileira

Rua Oscar Freire, 379 - 12º andar | 01426-001 São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3066-2550

E-mail: brazil@swedcham.com.br

Internet: www.swedcham.com.br

Presidente: Sergio Quiroga da Cunha

Diretor Executivo: Jonas Lindström

Ano de fundação: 1953

Consulado Geral da Suécia

Alameda Franca, 1050 - 3º andar | 01422-002 São Paulo-SP

Tel.: (+ 55 11) 4130-3200

Internet: www.swedeninsp.org.br

Cônsul-Geral: Renato Pacheco Neto



Rua Verbo Divino, 1488 - 3º andar

04719-904 - São Paulo/ SP

Tel.: (11) 5187-5100

presidencia@eurocamaras.org.br

www.eurocamaras.org.br



Câmara de Mediação e
Arbitragem das Eurocâmaras

Alameda Itu, 852 - 19º andar

01421-001 - São Paulo/ SP

Tel.: (11) 3062-9779

cae-secretaria@eurocamaras.org.br